

Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da economia subterrânea manifestou-se pela primeira vez em Portugal há cerca de dois anos. Expresso inicialmente através da imprensa e outros órgãos de comunicação social, rapidamente se converteu em objecto de estudo científico de economistas e sociólogos, encontrando-se publicados já alguns trabalhos contendo resultados concretos decorrentes da análise do caso português¹. Destes, dois apresentam estimativas globais do volume da economia subterrânea no nosso país. O primeiro, da autoria de J. Albano Santos, que recorre ao método proposto pelo professor americano P. M. Gutmann², avalia em cerca de 22% do PIB a importância das actividades subterrâneas, ou seja, o equivalente em 1981 a 300 milhões de contos, a que estaria associada uma evasão fiscal de 95 milhões de contos.

* Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento. Secretaria de Estado de Planeamento.

¹ Por ordem de publicação, são os seguintes os trabalhos de autores portugueses divulgados até à data sobre economia subterrânea: Isabel S. Lobo, «Economia subterrânea num contexto urbano», comunicação apresentada ao seminário da CIUR sobre «Problemas Urbanos», Coimbra, JNICT, Fevereiro de 1982, publicada posteriormente, com algumas alterações, na revista *Planeamento*, sob o título «Economia subterrânea: conceitos, métodos e perspectivas», Departamento Central de Planeamento, vol. 5, n.º 2, Julho de 1983; A. O. Neves, M. M. Godinho e N. R. Silva, «Economia subterrânea: aproximação ao caso português», comunicação apresentada à conferência «Evolução recente e perspectivas de transformação da economia portuguesa», ISE, Abril de 1983; M. Villaverde Cabral, «A economia subterrânea vem ao de cima em Portugal», in *Análise Social*, vol. XIX, n.º 76, 1983, e «L'économie souterraine au Portugal», comunicação apresentada ao colóquio da UNITAR «Stratégies alternatives pour le futur de la Région Méditerranéenne», Roma, Outubro de 1983; J. Albano Santos, *A Economia Subterrânea*, colecção «Estudos», n.º 4, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Novembro de 1983; M. Rosário Cocco e Emanuel A. Santos, «A economia subterrânea: contributos para a sua análise e quantificação no caso português», in *Boletim Trimestral do Banco de Portugal*, vol. 6, n.º 1, Março de 1984; Isabel S. Lobo, «Economia não contabilizada: que perspectivas?», in *Sociedade e Território*, ano 1, n.º 1, Março de 1984, e, ainda que não dedicado especificamente ao estudo da economia subterrânea, mas contendo uma excelente análise sobre a evasão fiscal, H. Medina Carreira, *A Situação Fiscal em Portugal*, Associação Industrial Portuguesa, Julho de 1984, pp. 225-279. Já depois de concluído o nosso trabalho tomámos conhecimento do artigo de M. João Rodrigues «Trabalho oculto e processos de submersão», in *Economia e Socialismo*, n.º 63, Outubro-Dezembro de 1984.

² Neste método parte-se do pressuposto de que as transacções efectuadas no âmbito da economia subterrânea são regularizadas preferencialmente em dinheiro, o que provocará distorções na estrutura da massa monetária. Definindo então um período em que se postula a inexistência de actividades subterrâneas, determina-se a partir daí a evolução das duas componentes dos meios imediatos de pagamento — circulação monetária e depósitos à ordem — o que indicará, em princípio, o nível da economia subterrânea. Cf. Vito Tanzi, «The subterranean economy», in *Financial Analysts Journal*, Novembro-Dezembro de 1977.

O segundo estudo, elaborado por M. Rosário Cocco e Emanuel A. Santos, aponta para uma ordem de grandeza bastante inferior: cerca de 11% do PIB para o mesmo ano. No entanto, o método utilizado neste caso, uma variante do método Gutmann³, não esgota, como salientam aliás os autores, a totalidade da produção não declarada. Como exemplo significativo refira-se a actual metodologia de cálculo da produção e valor acrescentado bruto (VAB) dos sectores da construção (através dos consumos de materiais de construção) e do comércio (pela aplicação de taxas de margem à produção de cada ramo) nas Novas Contas Nacionais do INE para o período de 1977-81, o que permite uma cobertura praticamente total destes dois sectores. Ou seja, uma vez que uma parte significativa das actividades não declaradas já se encontra total ou parcialmente incluída no PIB, esta segunda estimativa não deve ser tomada como ordem de grandeza do volume da economia subterrânea. Este facto parece ser tanto mais de confirmar quanto o recente trabalho de H. Medina Carreira, estimando para 1982 um volume de evasão fiscal de 120 milhões de contos, ultrapassa em muito o valor proposto pelos técnicos do Banco de Portugal: 30 milhões de contos. E, se os cálculos do ex-ministro das Finanças estão correctos, em termos de ordem de grandeza, o volume da economia subterrânea estimado por J. Albano Santos estará muito mais próximo da realidade.

Em qualquer dos casos, e já que a medição do sector económico não observado é uma operação difícil por definição⁴, o que nos interessa reter destes números é que eles só vêm confirmar que a economia não oficial é em Portugal suficientemente importante para que lhe dediquemos alguma atenção.

Do nosso ponto de vista, porém, não é tanto a análise quantitativa global que nos interessa, mas sim a apreensão do significado social que em Portugal tem o desenvolvimento de estratégias económicas subterrâneas. Por outras palavras, e na esteira aliás de outros trabalhos⁵, trata-se de reflectir sobre as relações que possam existir entre as economias subterrâneas e o funcionamento real da nossa sociedade, especialmente ao nível das articulações entre a estrutura social e produtiva e o funcionamento do mercado de trabalho. Esta questão é tanto mais actual quanto as características próprias do nosso país — históricas, geográficas, económico-sociais e até do próprio modo de funcionamento do aparelho de Estado — parecem apontar para uma forte propensão ao desenvolvimento de actividades económicas subterrâneas, propensão esta que se manifestará com maior ou menor intensidade segundo as formas de produzir e o ambiente social e cultural dominantes de cada região.

³ Baseado na crítica de que o crescimento da circulação monetária não é explicado exclusivamente à custa da economia subterrânea, uma vez que outros factores podem intervir, V. Tanzi propõe um método cujo pressuposto fundamental é o de que a economia subterrânea é uma consequência directa da tributação elevada. Cf. «The Underground Economy in the United States: annual estimates, 1930/80», in *Staff Papers*, vol. 30, n.º 2, 1983.

⁴ So para os EUA existem presentemente, pelo menos, seis estimativas do volume da economia subterrânea, com uma variação que vai desde os 3.4% do PIB (V. Tanzi) até ao valor máximo de 33.1% (Feige). Para outros países há variações semelhantes. Cf. A. Heertje e P. Barthélemy, «L'économie souterraine», in *Economica*, Paris, 1984, p. 109.

⁵ A mais interessante abordagem produzida entre nós da economia subterrânea é a do sociólogo Manuel Villaverde Cabral, embora este autor centre as suas atenções sobretudo ao nível do espaço rural. As conclusões finais do seu trabalho, procurando superar o plano micranalítico, ainda que polémicas, apontam para pistas de investigação que nos foram muito úteis neste trabalho.

Antes, porém, de entrarmos na análise concreta do caso português convirá esclarecer algumas questões teóricas e metodológicas que, embora expostas em trabalhos anteriores⁶, nos parecem pertinentes num estudo deste tipo. Restringiremos porém estas considerações à literatura que se debruça especificamente sobre os países capitalistas ocidentais e, em particular, situaremos a emergência e importância da economia subterrânea no contexto específico dos países da Europa do Sul. Em seguida, e munidos destas linhas orientadoras, analisaremos então o caso português.

2. ECONOMIA SUBTERRÂNEA E SISTEMAS ECONÓMICOS

2.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS PRÉVIAS

A economia não oficial é um conceito impreciso e recente, que tem sido definido negativamente por oposição ao modo de produzir dominante de cada sociedade. Os traços que caracterizam o modo de produzir dominante são diversos e os contornos da economia não oficial variam em função daquilo que é adoptado como critério discriminatório. Os modos de produzir dominantes variam também de acordo com o sistema económico, o que representa uma dificuldade suplementar na homogeneização de uma classificação universalmente válida.

Uma sistematização de conceitos segundo os modos de produzir e sistemas económicos tem sido proposta por vários autores⁷ e, regra geral, três grandes campos conceptuais têm sido definidos, os quais correspondem respectivamente aos países capitalistas desenvolvidos (economia subterrânea), aos países do Leste ou do socialismo real (economia paralela ou segunda economia) e aos países do Terceiro Mundo (economia não estruturada ou informal). Esta classificação, útil de um ponto de vista da análise das manifestações e dos efeitos da economia não oficial nas diversas sociedades, não estabelece também qualquer critério que nos permita medir ou comparar a amplitude dos fenómenos económicos não observados independentemente do sistema económico. Tendo em conta este facto, e à semelhança da proposta de E. Archambault e X. Greffe⁸, cremos que, no interior da economia não oficial, a primeira distinção a fazer se deve basear prioritariamente na clivagem entre a esfera mercantil e não mercantil. A esfera mercantil engloba a produção legal não declarada, os rendimentos em espécie dissimulados (uso privado de serviços das empresas e roubos dos empregados) e a produção de bens e serviços ilegais. A esfera não mercantil recobre a produção doméstica, a produção comunitária e a produção associativa. Os bens e serviços produzidos nesta esfera são semelhantes e comparáveis aos produzidos na esfera mercantil, mas o modo de

⁶ Cf. nossa referência na nota 1.

⁷ Cf., entre outros, Pierre Rosanvallon, «Le développement de l'économie souterraine et l'avenir des sociétés industrielles», in *Le Débat*, Junho de 1980; in *Problèmes Économiques*, n.º 1682, 16 de Julho de 1980; Edith Archambault e Xavier Greffe, *Les économies non officielles*, Éditions la Découverte, Paris, 1984; cf. também o conjunto de artigos reunidos no n.º 487 da revista *Problèmes Politiques et Sociaux* sob o título genérico «L'économie souterraine, phénomène mondial», Documentation Française, 4 de Maio de 1984.

⁸ *Les économies non officielles*, cit., p. 11.

produzir não está socialmente organizado⁹ e a distribuição dos bens pode realizar-se através de trocas diversas daquelas que têm por base o mercado (trocas simbólicas, afectivas, etc.).

Em princípio, a economia não oficial mercantil produz bens e serviços que deveriam logicamente ser incluídos no produto interno bruto (PIB). A situação da economia não oficial não mercantil é diversa: por regra, a produção desta esfera é excluída do PIB, uma vez que a produção não está socialmente organizada e, em consequência, não existe qualquer obrigação em declará-la. No entanto, a exclusão da economia não oficial não mercantil do PIB não é total, uma vez que, de acordo com os sistemas de contabilidade nacional das Nações Unidas e da OCDE, devem ser incluídos naquela grandeza macroeconómica os bens primários destinados ao autoconsumo agrícola, os serviços de habitação que os proprietários-ocupantes se supõe prestarem a si próprios e a formação de capital fixo por conta dos agregados familiares, ou seja, as actividades de autoconstrução e as grandes reparações nas habitações ou nas empresas familiares¹⁰. Em suma, estas observações fazem com que não se possa definir a economia não oficial como uma economia não contabilizada. Para todos os efeitos, e no estudo que se segue, designaremos por economia subterrânea toda a actividade que em princípio a ciência económica deve contabilizar, independentemente do seu carácter socialmente necessário, mas que, por razões quer metodológicas quer técnicas, aquela não está em condições de o fazer.

O quadro n.º 1 apresenta uma ventilação provável destas actividades económicas não contabilizadas por sector de actividade. O nosso estudo abordará, no entanto, deste conjunto, apenas as actividades legais não declaradas e a produção não formal. Excluiremos portanto do âmbito do nosso trabalho toda a produção de bens e serviços ilícitos — contrabando, jogo, prostituição, droga, etc. —, assim como os rendimentos em espécie dissimulados. Estas actividades, pese embora o relevo e a emotividade com que têm sido tratadas nos órgãos de comunicação social, têm, em nossa opinião, um significado menor no conjunto global da economia portuguesa e não cremos que possam ser consideradas, ao contrário de vários sectores de actividade não oficiais legais, elementos relevantes na nossa economia, ainda que socialmente os seus efeitos não devam ser menosprezados.

Pelas razões já referidas, está igualmente excluída do âmbito deste trabalho toda a esfera autónoma, ou seja, todas as actividades não oficiais não mercantis que caem fora da alçada do PIB, nomeadamente as tarefas domésticas e a prestação de serviços gratuitos no seio das comunidades rurais ou de vizinhança. Esta temática tem, contudo, ocupado um vasto espectro de autores europeus e americanos, do ponto de vista quer da sua avaliação contabilística¹¹, quer do papel que aquelas actividades poderão desempenhar na construção de uma «contra-economia» ou de uma «alter-

⁹ A produção associativa situa-se no limite da economia não oficial, pois que se processa, em geral, dentro de normas jurídicas reconhecidas e a sua produção está socialmente organizada. Mas a sua produção é mal conhecida, pois as obrigações são reduzidas, sobretudo se não empregam pessoal assalariado e o trabalho benevolente ocupa um lugar privilegiado.

¹⁰ Para uma análise mais detalhada desta questão cf. Derek Blades, «L'économie souterraine et les comptes nationaux» in *Perspectives Économiques de l'OCDE. Études Spéciales*, Junho de 1982.

¹¹ Citam-se, a título de exemplo, os trabalhos de L. Goldschmidt-Ciermont, *Unpaid work in the household*, Genebra, BIT, 1982, e A. Fouquet e A. Chadeau, *Le travail domestique, essai de quantification*, INSEE, Archives et Documents, Agosto de 1981.

Contribuição provável das actividades subterrâneas por ramo de actividade económica

(QUADRO N.º 1)

Actividade	Transacções legais não declaradas	Produção de bens e serviços ilegais	Rendimentos em espécie dissimulados (roubos de empregados)	Produção não formal
1. Agricultura, silvicultura, caça e pesca	Produção subestimada. Salários não declarados pagos a trabalhadores sazonais.	—	—	Autoconsumo e produção não declarada.
2. Indústrias extractivas	—	—	Pode afectar a extracção de metais preciosos.	—
3. Indústrias transformadoras	Produção subestimada na indústria ligeira. Salários pagos a trabalhadores não declarados.	Transformação de estupefacientes. Destilação de álcool.	Afecta quase toda a indústria ligeira.	Produção clandestina.
4. Electricidade, gás e água	—	—	—	—
5. Construção	Rendimento não declarado do trabalho feito por conta própria por pedreiros, canalizadores, etc. Salários não declarados pagos a trabalhadores não registados.	—	Material de construção.	Construção clandestina.
6.1 e 6.2 Comércio	—	Distribuição de estupefacientes, contrabando.	Generalizados nos grandes armazéns.	Venda ambulante e de rua.
6.3 Hotéis e restaurantes	Produção subestimada de restaurantes, pequenos hotéis, bares, discotecas, etc.	—	Alimentos e outros produtos.	Sublocação, estabelecimentos ilegais.
7. Transportes e comunicações	Produção subestimada de táxis e pequenas empresas de transporte rodoviário.	—	—	Táxis piratas. Transportes ilegais.
8. Bancos, seguros e serviços fornecidos às empresas	Rendimento não declarado de intermediários, corretores, agentes, advogados e agências de publicidade.	Serviços bancários ilegais. Agiotagem.	—	—
9. Serviços colectivos, sociais e pessoais	Produção subestimada de serviços de reparação e manutenção, de profissões liberais e de empregadas domésticas.	Apostas ilegais, casinos e casas de jogo ilegais. Prostituição e serviços conexos.	—	—

Fontes: Derek Blades, «L'économie souterraine et les comptes nationaux», in *Perspectives Économiques de l'OCDE, Études spéciales*, Junho de 1982. Rafael Gomez Perezagua, «Estructura empresarial y economía oculta», in *Información Comercial Española*, n.º 587, Julho de 1982. Elaboração própria.

nativa ao capitalismo» no contexto da crise actual¹². Mas estas questões estão, naturalmente, fora do âmbito deste trabalho, pelo que não nos ocuparemos delas¹³.

2.2 A ECONOMIA SUBTERRÂNEA NOS PAÍSES DA EUROPA DO SUL

Ainda que numa forma muito superficial, a especificidade e eventual similitude do fenómeno «economia subterrânea» nos países da Europa meridional têm sido postas em evidência por vários autores. De um modo geral, essa especificidade é atribuída prioritariamente à maior propensão que estas sociedades terão para a subterraneidade económica, propensão esta explicada quer pela maior importância relativa do efectivo de trabalhadores e agricultores independentes nestes países¹⁴, quer pela dimensão social e cultural das economias de pequena escala¹⁵ associadas a uma forte tradição e enraizamento de uma cultura operário-camponesa¹⁶ que favorece e incentiva formas atípicas e informais de trabalho — como o duplo emprego ou o trabalho a tempo parcial —, quer ainda pelo ambiente de completa tolerância, inclusivamente dos poderes públicos, em relação a este tipo de actividades¹⁷.

No caso específico dos países em que a instauração de regimes democráticos é recente, nomeadamente nos países ibéricos, a acentuada difusão da economia subterrânea está associada também à alteração do regime político. Referimo-nos concretamente à instauração das liberdades, que arrastam consigo uma série de iniciativas que escapam ao controlo estatal e, mais concretamente, à liberdade de organização sindical que vem acentuar a rigidez do funcionamento do mercado de trabalho, na medida em que, permitindo simultaneamente a defesa dos postos de trabalho, incentiva a fuga de capitais para sectores ou áreas com menor protecção sindical.

A esta conquista da democracia, referida por M. Iconicoff¹⁸ como a causa principal da significativa expansão do trabalho «negro» em Espanha, vem juntar-se, no caso português, uma outra, que tem a ver com o alargamento ao conjunto da população dos instrumentos do *welfare*, os quais, anteriormente a 1974, se encontravam ao alcance apenas de alguns estratos sociais e, mesmo assim, de uma forma limitada¹⁹.

¹² Cf. Ivan Illitch, *Le travail fantôme*, Seuil, 1980; J. L. Beau, *Socialisme et mode de production*, PUF, Paris, 1980.

¹³ Para uma crítica da economia subterrânea vista em termos de «economia convivial» cf. M. Villaverde Cabral, *A Economia Subterrânea (...)*, cit.

¹⁴ D. Blades, *L'économie souterraine (...)*, cit., p. 33.

¹⁵ Enric Sanchis Gomes, «Economia subterrânea y descentralización productiva en la industria manufacturera», in *Boletín de Estudios Económicos*, n.º 117, Bilbao, Dezembro de 1982; G. Garofoli et alia, *Industrializzazione diffusa in Lombardia*, IREER, Franco Angeli Editore, Milão, 1983; B. T. Asheim, «Informal economy, small firm development and spatial structures in Italy», comunicação apresentada no 24.º Congresso da Regional Science Association, Milão, Agosto de 1984.

¹⁶ E. Archambault e X. Greffe, *Les économies (...)*, cit., p. 9.

¹⁷ Id., *ibid.*, e também B. Asheim, *Informal economy (...)*, cit., p. 9.

¹⁸ «Économie souterraine et système économique mondial: l'expérience des pays d'Europe méditerranéenne», comunicação apresentada ao colóquio da UNITAR, Nápoles, Outubro de 1983.

¹⁹ Em 1972, o número de pensionistas dos regimes de segurança social do sector privado rondava os 300 000. Dez anos mais tarde, ou seja, em 1982, as estatísticas oficiais contabilizavam mais de 1 800 000. Em 1981, a relação entre o número de pensionistas e a população activa era de 1:16; em 1981 passara a 1:2. Cf. *Anuário Estatístico*, INE, 1981 e 1982.

Com efeito, sabendo-se que não são novos os efeitos indutores de estratégias económicas subterrâneas do *welfare* (quer pela sobrecarga financeira que representa para os empregadores, quer pela margem de manobra que concede às famílias, diversificando-lhes as suas fontes de rendimento), em Portugal, que se caracteriza por um relativo atraso do seu processo de modernização económica e social, aqueles efeitos assumem uma característica particular: a de permitir articular práticas económicas tradicionais — como o autoconsumo, a entreaajuda e o recurso ao mercado informal de trabalho — com práticas económicas modernas — como o «desvio» dos subsídios de emprego, das pensões de reforma e velhice. No contexto da crise, estes instrumentos são utilizados explicitamente como forma de a combater.

Tanto assim é que, aquando do recente lançamento de uma operação de fiscalização em todo o País da iniciativa da Secretaria de Estado da Segurança Social, a responsável pelo sector podia afirmar que, em alguns distritos, «as fraudes atingiam valores percentuais elevadíssimos, em especial os subsídios de complemento do cônjuge a cargo, de desemprego e doença»²⁰. Uma parte significativa dos indivíduos inquiridos encontravam-se a trabalhar, mas, segundo outro responsável, tratava-se efectivamente de pessoas de fracos recursos económicos²¹.

Do ponto de vista dos industriais e do patronato em geral, a emergência e recente explosão da economia subterrânea tem sido atribuída quase exclusivamente à sobrecarga fiscal e aos crescentes encargos sociais que têm de suportar. Esta explicação, não sendo falsa, revela-se, quanto a nós, insuficiente.

Por um lado, o processo de profunda mutação das nossas estruturas económicas após 1974-75, nomeadamente a criação de um vasto sector público produtivo, o fim do «condicionamento industrial» e as mudanças radicais nos mecanismos fundamentais de regulação da nossa economia provocaram enormes desajustamentos e espaços económicos susceptíveis de serem «ocupados» por novas iniciativas não enquadradas institucionalmente. O facto de os dispositivos administrativos do Estado permanecerem praticamente inalterados, revelando-se incapazes de proceder às tarefas de regulamentação e fiscalização exigidas pelas reformas políticas, económicas e sociais, só veio reforçar esta tendência.

Por outro lado, as alterações sociais decorrentes da descolonização (com o regresso de centenas de milhares de famílias), da paragem da emigração e do retorno dos emigrantes vieram provocar profundas alterações, nomeadamente em termos do funcionamento do mercado de trabalho, e muito especialmente do lado da oferta.

Estas breves considerações relativas ao caso português não podem, no entanto, ser desligadas do contexto e do processo de reestruturação económica, social e espacial de espaços económicos mais vastos, e muito especialmente dos países da Europa do Sul. O que se passou em Itália, sem dúvida paradigmático, pois que de alguma forma desempenha o papel de modelo antecipatório ao novo modo de funcionamento da economia noutros países, pode ajudar-nos a esclarecer um pouco algumas questões.

²⁰ Cf. *Diário de Notícias* de 22 de Novembro de 1984.

²¹ Cf. declarações do presidente do Centro Regional de Segurança Social do Porto, em *Diário de Notícias* de 30 de Novembro. Cf. igualmente os *Diário de Notícias* de 3, 5, 13 e 14 de Dezembro de 1984.

Em primeiro lugar, trata-se do único país que, ao contrário de todos os outros que se lançam no processo de unificação do espaço europeu (CEE), nunca conseguiu eliminar o excedente de mão-de-obra, apesar da emigração e do desenvolvimento industrial. Daí a existência e persistência de um sector marginal muito importante constituído por trabalhadores ao domicílio que chega a atingir o milhão de indivíduos por volta dos anos 60²². A expansão industrial permite a redução deste excedente de mão-de-obra, mas, por volta do início dos anos 70, o capitalismo italiano começa a sentir dificuldades em manter a ligação entre a produtividade e o nível de salários. E, antes mesmo da crise de 1973, os custos de produção já se haviam elevado, em consequência do movimento sindical e das reivindicações operárias (1969-70). A resposta do patronato consiste na organização de um subsistema marginal de produção e a expansão de pequenas empresas constitui, de facto, um factor estratégico, tanto mais que uma lei de 1970, regulamentando os despedimentos, diz respeito apenas às empresas com mais de 15 operários²³. A pequena empresa constitui, portanto, o suporte na recuperação de todo o mercado de trabalho não protegido, auferindo salários mais baixos que os das grandes empresas, não sindicalizado e desprovido de qualquer segurança social.

Depois de 1976, o número de operários estáveis nas grandes indústrias diminui, mas, por outro lado, 40% das exportações italianas são fornecidas pelas pequenas empresas²⁴. Ou seja, o subsector subterrâneo preservou a Itália, no que respeita ao emprego global, dos efeitos da crise. Daí o sucesso do chamado «milagre económico» italiano, que, numa primeira fase, reside essencialmente numa estratégia de redução de custos, e isto no contexto de uma relativa desindustrialização²⁵ dos países ocidentais.

Mais recentemente, e em consequência da reorganização da estrutura industrial induzida pela descentralização produtiva, poderá assistir-se àquilo que vários autores consideram já um distinto sistema de produção²⁶, incorporando tecnologia avançada e uma capacidade de inovação e de concorrência no mercado mundial muito grandes. Factores externos, como a diversificação e expansão dos mercados internacionais, e internos, como a relativa falta de competitividade das grandes empresas italianas, terão contribuído para o dinamismo e a consolidação deste processo de reestruturação industrial.

Em Espanha, e porque este país, tal como Portugal, não se encontra inserido formalmente na Comunidade Económica Europeia, a sua história económica e política diverge consideravelmente da do caso italiano. A economia subterrânea no país vizinho decorre hoje essencialmente quer dos efeitos da crise sobre a indústria pesada tradicional (caso de Getafe ao sul de Madrid), que nutre uma volumosa oferta de trabalho expulsa do mercado «protegido», assistindo-se então à proliferação de um tecido industrial marginal de pequena e pequeníssima empresa (caso de Paracuellos del

²² M. Iconicoff. *Économie souterraine* (...), cit., p. 26.

²³ S. Brusco. «The Emilian model: productive decentralisation and social integration», in *Cambridge Journal of Economics*, n.º 6, 1982, p. 174.

²⁴ M. Iconicoff. *Économie souterraine* (...), cit., p. 31.

²⁵ No sentido que lhe é dado em Frank Blackaby. *De-industrialisation*, Londres, Heinemann, 1978.

²⁶ Cf. A. Bagnasco. *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*, Bolonha, Il Mulino, 1977; C. Sabel. *Work and politics. The division of labor in industry*, Cambridge, 1982.

Jarama, a poucos quilómetros do centro de Madrid, onde surgiu, nos últimos anos, um autêntico polígono industrial com mais de 350 estabelecimentos laborando em condições de uma multifacetada ilegalidade)²⁷, quer de iniciativas mais ou menos espontâneas em áreas rurais que beneficiam de condições propícias, nomeadamente da redução de custos pela via da articulação da força de trabalho com a agricultura, da dotação de infra-estruturas mínimas e de uma tradição artesanal importante: é o caso, nomeadamente, do Levante espanhol e, mais particularmente, do vale de Vinalopó²⁸.

Um traço comum que tem sido reconhecido como particularmente favorável ao desenvolvimento de estratégias económicas subterrâneas — seja em Itália, em Espanha ou em Portugal — traduz-se na existência de um tecido social similar que se caracteriza por um sistema familiar que pode ser parcialmente desligado da terra, mas que se mantém enquanto unidade económica de produção e distribuição auferindo rendimentos vários e com papéis diferenciados e conservando uma estratégia familiar unitária. Sobre esta questão, mais uma vez o caso italiano nos fornece um conjunto de indicações que nos permitem caracterizar mais em detalhe situações diversificadas. Assim, sabendo-se que a Terceira Itália (ou seja, a região caracterizada pela dominância da pequena empresa articulada em maior ou menor grau com a esfera não formal da economia) abrange um conjunto de regiões localizadas no Centro e a Nordeste, podem-se, dentro desta vasta área, destacar claramente duas sub-regiões.

A primeira, que abrange várias regiões da Itália central (Úmbria, Abruzzos e Marche, sendo esta última considerada região-tipo), caracteriza-se pela existência de uma estrutura industrial de pequeníssima indústria (calçado, por exemplo) e de um elevado grau de informalidade, baseado em relações familiares e numa estrutura económica e social particulares, cujas raízes mergulham em formas de produção pré-capitalistas. A esta forma de descentralização produtiva está associado um processo de trabalho por tarefas que facilita o *putting-out* (trabalho a domicílio de mulheres e crianças) e a subcontratação, sendo o pagamento à peça uma forma generalizada de retribuição. A não existência de contratos e de protecção laboral é generalizada. De acordo com M. Blim, o trabalho ilegal é largamente aceite enquanto prática social e constitui a trave-mestra desta área industrial²⁹.

As regiões do Nordeste (em particular na Emília-Romãnia), pelo contrário, caracterizam-se pela existência de uma avançada tecnologia, salários elevados e operários qualificados. A pequena empresa é dominante (máquinas automáticas e agrícolas, vestuário, cerâmica, etc.) e uma grande flexibilidade no processo de trabalho é conseguida por via do trabalho não formal. No entanto, segundo Brusco³⁰, embora o tecido social se apresente

²⁷ Sobre o desenvolvimento da economia subterrânea na área metropolitana de Madrid cf. F. Celada e T. Parra, *Efectos espaciales de los procesos de reorganización del sistema productivo: descentralización productiva, fabrica difusa y economía subterrânea em Madrid*, Diputación Provincial de Madrid, 1983.

²⁸ A temática do desenvolvimento endógeno e da industrialização espontânea em áreas rurais ou periurbanas tem ocupado um grande número de investigadores espanhóis nos últimos anos. Um conjunto importante destes trabalhos foi apresentado no Simposio Internacional sobre Economia Oculta, Dezembro de 1981, e na I e II Reuniões sobre Industrialização Difusa em Espanha, realizadas em Madrid, respectivamente em Julho e Novembro de 1982.

²⁹ «The labor process», tese de doutoramento não publicada, cap. 5. Ancona, 1983, citada por B. T. Asheim, *op. cit.*, p. 9.

³⁰ «The Emilian model: productive decentralisation and social integration», in *Cambridge Journal of Economics*, n.º 6, 1982, p. 172.

com características semelhantes às da Itália central — família extensa ou alargada, pluriactividade em articulação com a agricultura, persistência de uma tradição artesanal, etc. —, estes aspectos favorecem um processo de reestruturação industrial, mas não constituem a razão de ser de uma forma de produzir específica: a pequena empresa que integra, em maior ou menor grau, formas não formais de trabalho. Para concluir, e ainda segundo os autores anteriormente citados, o trabalho não formal na Marche representará uma incapacidade do sistema em se modernizar; na Emília-Romanha constituirá uma etapa num processo de modernização e de reorganização do aparelho produtivo.

3. A ECONOMIA SUBTERRÂNEA EM PORTUGAL

3.1 ESTRUTURA DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS

A teoria produzida — presente em autores clássicos, retomada pela sociologia funcionalista — sobre a evolução da estrutura familiar fez aceitar durante muito tempo a ideia de que o capitalismo seria responsável pela evolução das formas familiares, concretamente pela passagem de família extensa à família nuclear. Esta passagem seria acompanhada por uma perda de funções da família, com particular incidência nas suas funções económicas. Posteriormente, a contribuição de autores marxistas veio reforçar esta ideia, sublinhando a desagregação e o esgotamento das funções produtivas da unidade doméstica nas sociedades contemporâneas³¹.

A investigação histórica sobre o tema veio demonstrar que a questão da evolução das formas familiares é muito mais complexa e, em particular, os estudos de P. Laslett mostraram que a ideia da existência de um agregado doméstico extenso, constituído por mais de um núcleo familiar, é, em parte, destituído de fundamento, pelo menos em vastas zonas da Europa ocidental e setentrional dos séculos XVI a XIX³². Mais recentemente, o resultado de algumas investigações em curso sobre formas da família e padrões demográficos nos países da Europa mediterrânica veio pôr em evidência algumas características específicas desta vasta região, embora os resultados sejam ainda provisórios³³.

Dessas características, uma que nos interessa particularmente refere-se à dimensão e composição dos agregados domésticos, pois, como se mostrou anteriormente, parece existir em Itália uma estreita correspondência entre a estrutura familiar e a difusão de estratégias económicas subterrâneas (cf. fig. 1). Daí que colocássemos a questão de saber se em Portugal ocorreria algo de semelhante.

Com este objectivo, começámos por recorrer aos Recenseamentos Gerais da População, que, a partir de 1960, incluem informação sobre as estruturas familiares. Apesar de as classificações utilizadas pelos censos não serem muito satisfatórias, variando sistematicamente de critérios, é possível, com algumas simplificações, estabelecer uma tipologia aproxi-

³¹ Cf. Henry Braverman, *Travail et Capitalisme Monopoliste*, Paris, Maspero, 1976.

³² Cf. Peter Laslett, *The world we have lost*, Londres, Methuen, 1975.

³³ Cf. Robert Rowland, «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada», in *Ler História*, n.º 3, 1984.

(FIG. 1)

Estrutura familiar e estrutura industrial em Itália



mada daquela que é utilizada pelo Grupo de Cambridge (quadro n.º 2). Com base nesta classificação, podemos assim verificar que a estrutura dos agregados domésticos manteve ao longo das últimas duas décadas uma relativa estabilidade, notando-se, porém, um decréscimo no peso da família nuclear, compensado por um ligeiro acréscimo dos isolados (consequência provável da emigração e do envelhecimento da população) e dos agregados constituídos por dois ou mais núcleos co-residentes, para o que contribuiu certamente a falta de habitação em zonas urbanas. Mas o que ressalta com grande evidência é o peso que as estruturas familiares complexas (tipos 4 e 5) têm no nosso país, em particular no Noroeste, estruturas estas perfeitamente comparáveis às da Itália do Centro-Nordeste (quadro n.º 3), o que as coloca numa posição ímpar no contexto dos países industrializados ocidentais³⁴.

Independentemente de estas formas familiares terem ou não a mesma origem ou de pertencerem, no contexto mediterrânico, a um mesmo sistema sociodemográfico — questão que está, aliás, por esclarecer —, o que parece poder afirmar-se é que a persistência de agregados domésticos de tipo complexo está associada ao papel que a família desempenha enquanto agente económico e ao seu modo de reprodução enquanto tal.

É claro que a verificação da existência e persistência de um grande número de famílias (mais de 20%) de tipo extenso no Nordeste de Portugal não nos permite afirmar sem mais que existe aí uma importante e pujante economia subterrânea. No entanto, dada a forte correlação aí observada entre propriedade rural, herança e família³⁵, a existência de um tecido industrial antigo, designadamente em sectores tradicionais, e a persistência ou mesmo acréscimo de importância, em termos das nossas exportações dos produtos manufacturados com origem na região (calçado, por exemplo), é de supor que este tecido social constitua um terreno particularmente favorável, no contexto nacional, para o florescimento de actividades produtivas não observadas. Um conjunto de outras informações, de carácter quantitativo e qualitativo, contribuirá para uma melhor identificação dessas actividades.

3.2. APARELHO PRODUTIVO E SEGMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA INDUSTRIAL

Do ponto de vista do aparelho produtivo, vários indicadores têm sido apontados como indicadores da existência de economias subterrâneas. Entre estes, dois merecem particular atenção: o tipo de produção industrial e o seu grau de concentração. Em princípio, um tecido industrial de tipo tradicional³⁶, caracterizado por uma grande disseminação no território de pequenas unidades produtivas, ou que se articule intimamente com o mundo rural, tenderá a funcionar ou a integrar-se com maior facilidade na esfera não oficial da economia. Um tecido industrial mais moderno³⁷ e altamente con-

³⁴ Tanto na Europa como nos EUA, os agregados familiares de tipo complexo nunca ultrapassam os 6%. Cf. Massimo Paci, *Famiglia e mercato del lavoro in un'economia periferica*, Franco Angeli, 1983, p. 24.

³⁵ Para o caso do Norte litoral, pelo menos, tal correlação era certamente confirmada pelo investigador Robert Rowland. Cf. *Sistemas Familiares e Padrões Demográficos (...)*, cit., pp. 19-20.

³⁶ Consideramos sectores tradicionais os seguintes: alimentar, tabaco, têxtil-vestuário, curtumes e calçado, madeiras e mobiliário, porcelanas e vidro e minerais não metálicos.

³⁷ São de incluir as indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, a química, a borracha e os plásticos, o material de transporte e a instrumentação profissional.

Estrutura dos agregados domésticos em Portugal: 1960, 1970 e 1981 (em percentagem)

(QUADRO N.º 2)

Região	Distrito	Tipo 1			Tipo 2			Tipo 3			Tipo 4			Tipo 5		
		1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981
Litoral norte	Viana do Castelo	12,9	11,7	12,8	10,5	5,7	4,9	55,9	59,6	54,0	14,1	16,0	15,8	6,6	7,0	12,5
	Braga	10,9	8,0	8,1	6,1	4,0	2,9	66,2	69,6	66,9	12,4	13,2	13,6	4,4	5,2	8,5
	Porto	11,1	7,8	9,4	5,0	4,3	3,0	65,6	68,8	66,2	16,0	13,5	14,3	2,3	5,6	7,1
Interior norte	Vila Real	13,1	12,5	13,1	5,5	4,4	3,4	67,6	69,4	61,4	10,7	10,5	13,4	3,1	3,2	8,7
	Bragança	12,3	13,3	14,5	3,9	4,4	3,1	71,1	67,7	62,3	9,2	11,4	13,2	3,5	3,2	6,8
Litoral centro	Aveiro	10,6	8,6	9,0	6,1	3,9	2,8	64,5	65,3	65,5	12,7	14,8	14,8	6,1	7,4	7,9
	Coimbra	12,4	11,5	13,6	5,0	3,9	3,0	67,8	68,6	64,8	11,5	11,9	12,3	3,3	4,1	6,3
	Leiria	10,5	10,4	12,5	3,3	2,7	1,8	75,7	75,7	70,1	10,2	9,4	9,5	0,3	1,8	6,1
Interior centro	Viseu	13,7	13,7	14,2	6,4	4,4	3,3	65,2	65,7	62,0	10,5	12,0	12,6	4,2	4,2	7,9
	Guarda	15,3	16,6	17,6	4,3	4,2	3,0	71,8	68,5	63,5	6,3	9,0	9,7	2,3	1,7	6,2
	Castelo Branco	12,1	13,4	16,2	3,3	3,3	2,3	75,3	73,1	67,1	6,4	8,2	8,7	2,9	2,0	5,7
Lisboa litoral	Lisboa	14,4	9,8	15,9	4,9	6,6	3,4	61,0	64,0	61,6	18,8	15,2	13,0	0,9	4,4	6,1
	Setúbal	8,4	7,0	9,7	3,2	4,4	2,0	72,9	68,1	72,0	15,5	16,7	11,3	0	3,8	5,0
Lisboa interior	Santarém	10,1	10,0	12,6	2,8	3,2	2,0	76,9	76,1	69,8	10,2	9,2	10,2	0	1,5	5,4
Alentejo	Portalegre	10,2	12,0	15,6	2,6	3,0	2,4	78,0	75,6	69,1	9,0	7,9	8,6	0,2	1,5	4,3
	Évora	8,1	10,0	14,1	2,9	5,0	2,4	78,8	72,5	70,2	10,2	10,3	8,8	0	2,2	4,5
	Beja	9,5	10,5	14,4	3,0	5,5	2,8	76,4	66,9	66,3	11,1	14,8	11,2	0	2,3	5,2
Algarve	Faro	10,2	11,2	14,0	3,9	4,8	2,8	71,2	65,1	65,2	14,7	14,9	12,4	0	4,0	5,6
Média do continente		11,4	11,0	13,2	4,6	4,3	2,9	70,1	68,9	65,4	11,7	12,2	11,9	2,2	3,6	6,6

Tipo 1 — Isolados.

Tipo 2 — Todos os agregados não incluídos nas restantes categorias (famílias sem núcleos, de pessoas aparentadas ou não).

Tipo 3 — Casais, com ou sem filhos; solteiros, viúvos e divorciados com filhos.

Tipo 4 — Casais com parentes, desde que estes não constituam um casal.

Tipo 5 — Agregados com dois ou mais casais co-residentes.

Fontes: Robert Rowland. «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada», in *Ler História*, A Regra do Jogo, n.º 3, 1984, p. 18. *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 e 1981.

Percentagem de famílias extensa e alargada, por regiões, em Portugal (1981) e Itália (1971)

(QUADRO N.º 3)

Portugal			Itália		Portugal			Itália	
Regiões	Perce- tagem	Aglomerados de mais de 10 000 habitantes	Regiões	Perce- tagem	Regiões	Perce- tagem	Aglomerados de mais de 10 000 habitantes	Regiões	Perce- tagem
			Puglie	10.9	Coimbra	18.6	—		
			Sicília	11.9	Lisboa	19.1	—	Molise	19.3
Portalegre	12.9	17.1	Basilicata	12.7	Bragança	20.0	22.4	Friuli	19.9
Évora	13.3	17.3	Calábria	13.5	Viseu	20.5	—		
			Vale de Aosta	13.5	Porto	21.4	—		
			Ligúria	13.5	Braga	22.1	22.9	Veneto	22.0
Castelo Branco	14.4	—	Sardenha	14.0	Vila Real	22.1	24.4	Emília	22.6
Leiria	15.6	—	Piemonte	15.0	Aveiro	22.7	—	Abruzos	22.7
Santarém	15.6	17.8	Campânia	15.1				Toscana	25.3
Guarda	15.9	23.6	Lombardia	15.1				Marche	27.1
Setúbal	16.3	—	Lazio	15.3	Viana do Castelo	28.3	25.7	Úmbria	27.5
Beja	16.4	19.9	Alto Adige	16.4					
Faro	18.0	20.0			Média		18.4	Média	16.9

Fontes: *Recenseamento Geral da População*, INE, 1981. *Famiglia e mercato del lavoro in un'economia periferica*, Franco Angeli, 1983 (valores relativos ao Censo de 1971).

centrado revelará uma propensão menor para a subterraneidade económica. Um terceiro grupo de indústrias, constituindo hoje a base da chamada terceira revolução industrial — informática, robótica, miniaturização de equipamentos, etc. —, podendo apresentar-se altamente concentrado em algumas fases do seu processo de produção, não só contribui hoje decisivamente para o desmembramento industrial, mas também, enxertando-se em indústrias do tipo das anteriores, parece acelerar, quando não consolidar, processos de trabalho característicos da primeira revolução industrial: o trabalho a domicílio, por exemplo³⁸.

Em Portugal, e de acordo com os critérios acima referidos, a repartição espacial da indústria apresenta uma estrutura bastante desigual. No litoral ocidental e, em particular, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentra-se a maior parte dos estabelecimentos e da população activa industrial. No interior e no Sul, o processo de industrialização apresenta-se bastante mais incipiente. Assim, nas regiões do interior norte e centro, em 1981, cerca de 50% da população activa ocupava-se ainda predominantemente em actividades agrícolas, enquanto no Alentejo e no Algarve apenas um quarto da população activa tinha a sua ocupação principal na indústria. A excepção de algumas sedes de distrito (Viseu, Guarda, Portalegre e Évora), a quase totalidade das indústrias existentes no interior e no Sul do País caracteriza-se também pela sua dependência em relação a determinadas matérias-primas (alimentar e madeiras) e outros recursos naturais (água, no caso das celulosas) ou condicionadas ainda por tradições locais (é o caso dos têxteis da serra da Estrela).

No litoral verifica-se que, à medida que nos afastamos das áreas de Lisboa e Porto, as indústrias químicas e metalúrgicas de base vão sendo progressivamente substituídas por sectores de bens de consumo: têxtil, vestuário, mobiliário e calçado no Norte; alimentares e fabrico de máquinas e produtos metálicos na área de Lisboa³⁹.

Tomando em consideração as estatísticas oficiais, a indústria transformadora encontra-se em Portugal bastante mais concentrada do que em Itália. Em 1971, a dimensão média dos estabelecimentos no nosso país era de cerca de 15 pessoas⁴⁰. Em Itália não chegava a 9⁴¹. No quadro europeu situamo-nos a um nível idêntico ao da Espanha e da França, países onde a média de trabalhadores por estabelecimento varia entre 12 e 17 empregados. Ainda no mesmo ano, a população activa a trabalhar em unidades industriais contando menos de 100 trabalhadores rondava, respectivamente em Portugal e Itália, os 45% e os 55%. Dez anos mais tarde, ou seja, em 1981, enquanto, em Portugal, aquela percentagem havia descido ligeiramente (42%), em Itália, a desconcentração industrial continuava a acentuar-

³⁸ Vários estudos estão já publicados sobre os efeitos descentralizadores das novas indústrias e tecnologias nos Estados Unidos da América. A título de exemplo, cf. Manuel Castells, *Towards the Informational City?*, California: Institute of Urban Development, Universidade de Berkeley, 1984.

³⁹ Para uma análise mais detalhada da repartição regional da indústria em Portugal cf. João Ferrão, *Classes Sociais e Indústria em Portugal*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1982, e também, do mesmo autor, em colaboração com C. Jensen-Butler, «The Centre Periphery and Industrial Development in Portugal», in *Environment and Planning D: Society and Space*, n.º 2, 1984, pp. 375-402.

⁴⁰ Cálculo nosso a partir do *Recenseamento Industrial*, INE, 1972.

⁴¹ B. T. Asheim, *Informal Economy* (...), cit., p. 2.

-se. Segundo Garofoli⁴², actualmente, as unidades industriais italianas que empregam um máximo de 50 trabalhadores ocupam já 40% do total da população activa no sector.

Estas comparações devem, no entanto, ser olhadas com muita reserva, pois que, não dispondo nós de nenhum recenseamento industrial actualizado, temos de recorrer a outro tipo de fontes estatísticas disponíveis, e estas estão longe de contabilizar a totalidade dos estabelecimentos e dos trabalhadores industriais⁴³.

Procurando ultrapassar estas limitações, elaborámos o quadro n.º 4, que nos permite simultaneamente corrigir a visão que nos é dada pelas estatísticas correntes — pela introdução do cálculo relativo ao número de trabalhadores não declarados⁴⁴ —, introduzir o factor regional e conjugar a este nível as variáveis consideradas: tipo de indústria e respectiva dimensão.

Da estrutura industrial assim considerada ressaltam quatro segmentos definidos da forma seguinte:

- a) Indústria transformadora central e intersticial, correspondendo ao conjunto das indústrias mais modernas, consoante os estabelecimentos empreguem respectivamente mais ou menos de 100 trabalhadores;
- b) Indústria periférica, que inclui todo o sector tradicional formal;
- c) Indústria marginal, englobando os trabalhadores não declarados, os trabalhadores por conta própria e os familiares não remunerados, ou seja, todos aqueles cuja actividade se desenvolve no quadro da esfera não formal da economia ou cuja actividade comporta, de uma forma ou de outra, uma certa margem de subterraneidade.

Globalmente, em 1981, a indústria transformadora ocupa assim cerca de 1 milhão de activos; 34% dos quais se encontram afectos aos sectores mais modernos (12% e 22% respectivamente no primeiro e segundo segmentos), 49% se empregam no sector tradicional formal e cerca de 17% (correspondendo aproximadamente a 116 000 activos) se inserem na esfera subterrânea.

Regionalmente, e de uma primeira leitura do quadro n.º 4, verifica-se que são as sub-regiões do interior e do Sul aquelas onde, proporcionalmente, as actividades marginais assumem maior importância, ocupando entre 1/3 e 2/3 dos activos nos distritos de Bragança, Beja, Vila Real e Viseu. Nos distritos mais industrializados do litoral — Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Setúbal —, o volume relativo de activos que se considera pertencerem à esfera não formal da economia apresenta uma notável homoge-

⁴² «Areas of Specialized Production and Small Firms in Europe», comunicação apresentada à Conferência sobre «Desenvolvimento Nacional e Regional na Bacia do Mediterrâneo», Durham, Inglaterra. cit. em *Informal Economy* (...).

⁴³ Segundo estimativa nossa, o grau de cobertura das *Estatísticas Industriais* do INE era, em 1981, respectivamente de 64% e 84% para os estabelecimentos e para o emprego. Os *Quadros de Pessoal* do Ministério do Trabalho contabilizam exclusivamente os trabalhadores por conta de outrem que as empresas declaram.

⁴⁴ O volume dos trabalhadores não declarados foi obtido por diferença entre o total de pessoas que declararam em 1981, no *Recenseamento Geral da População*, exercer a profissão a título principal (por conta de outrem) e o volume global dos trabalhadores contabilizados pelo Ministério do Trabalho, que representam, em princípio, a esfera formal do mercado de trabalho.

Estrutura da população activa na indústria transformadora

(QUADRO N.º 4)

Distritos	Activos na indústria transformadora central		Activos na indústria transformadora intersticial		Activos na indústria transformadora periférica		Activos na indústria transformadora marginal				Total da população activa marginal		Total geral
							Trabalhadores não declarados		Trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados				
Aveiro	8 436	7.7	26 559	24,1	59 606	54,1	10 586	9.6	4 899	4.5	15 485	14,1	110 086
Beja	—	—	451	10,4	1 733	39,8	1 150	26,4	1 021	23,4	2 171	49,8	4 355
Braga	5 929	5.2	10 159	9,0	80 482	71,0	12 006	10,6	4 710	4,1	16 716	14,7	113 286
Bragança	—	—	177	5,7	798	25,7	1 364	44,0	764	24,6	2 128	68,6	3 103
Castelo Branco	—	—	1 155	6,3	14 871	81,3	1 131	6,2	1 136	6,2	2 267	12,4	18 293
Coimbra	626	2.0	5 473	17,2	20 525	64,5	2 840	8,9	2 334	7,4	5 174	16,3	31 798
Évora	1 340	13,8	1 589	16,3	4 174	42,9	1 377	14,2	1 248	12,8	2 625	27,0	9 728
Faro	—	—	976	7,4	5 516	42,0	5 190	39,5	1 468	11,1	6 658	50,6	13 150
Guarda	—	—	1 166	9,6	9 258	76,6	513	4,2	1 156	9,6	1 669	13,8	12 093
Leiria	527	1.1	9 988	20,8	28 038	58,5	6 701	14,0	2 688	3,6	9 389	19,6	47 942
Lisboa	36 921	17,6	67 895	32,3	70 412	33,5	26 792	12,8	8 059	3,8	34 851	16,6	210 079
Portalegre	—	—	861	13,2	3 936	60,5	856	13,2	851	13,1	1 707	26,3	6 504
Porto	16 517	6,7	67 191	27,1	124 711	50,4	28 464	11,5	10 781	4,4	39 245	15,9	247 664
Santarém	3 298	8,6	6 469	16,9	22 486	58,7	3 198	8,3	2 870	7,5	6 068	15,8	38 321
Setúbal	38 005	44,6	12 799	15,0	23 079	27,1	9 027	10,6	2 266	2,7	11 293	13,3	85 176
Viana do Castelo	1 841	15,6	1 577	13,4	6 110	51,8	952	8,1	1 321	11,1	2 273	19,2	11 801
Vila Real	—	—	901	16,6	2 792	51,6	777	14,3	947	17,5	1 724	31,8	5 417
Viseu	1 198	7,9	2 379	15,6	6 820	44,9	3 003	19,8	1 802	11,8	4 805	31,6	15 202
Total	114 638	11,7	217 765	22,1	485 347	49,3	115 927	11,8	50 321	5,1	166 248	16,9	983 998

Fontes: Quadros de Pessoal, Ministério do Trabalho, 1981. Recenseamento Geral da População, INE, 1981.

neidade, variando entre os 13% e os 16%, situando-se assim um pouco abaixo da média nacional. Ora, se a primeira variação regional é explicável, entre outros motivos, pelo relativo atraso em que aquelas sub-regiões se encontram (o que se traduz pela maior resistência à dissolução de formas pré-capitalistas de produção, dominância das actividades artesanais, do trabalho por conta própria e da pequena empresa, e, provavelmente, no caso do Algarve, pela importância da actividade sazonal no sector alimentar — indústria conserveira — ou outras articuladas com a actividade turística), já a notável similitude entre o litoral norte e a sub-região de Lisboa-Setúbal, no que respeita à repartição dos activos entre os sectores formal e marginal, nos surge de forma aparentemente inesperada. Como explicar, por exemplo, que, em Setúbal, onde a indústria transformadora central é dominante (45% dos activos) e concentrada (78% dos trabalhadores laborando em unidades com mais de 100 pessoas ao serviço), a parcela de trabalho marginal seja equivalente à de Aveiro, onde as indústrias tradicionais e a pequena empresa são maioritárias?⁴⁵ O quadro n.º 5, incluindo uma nova variável (pluriactividade agricultura-indústria), fornece-nos pistas interessantes que nos permitem entrever não só o que separa o Norte do Sul, como redefinir regionalmente a importância da esfera marginal. Assim, e a partir do cálculo da população activa industrial marginal efectuado no quadro n.º 4, construímos duas novas hipóteses de trabalho. A primeira hipótese, máxima, resultou da adição da estimativa anterior com o número total de operários-camponeses (produtores individuais agrícolas e pessoas do agregado doméstico) contabilizados no *Recenseamento Agrícola de 1979*⁴⁶, independentemente do tempo de trabalho que aqueles dedicam quer à actividade agrícola quer à actividade industrial. Na hipótese mínima tomaram-se em consideração apenas os indivíduos que declararam ocupar mais de 50% do seu tempo útil na agricultura, ou seja, que desenvolvem a sua actividade industrial a título secundário. Trata-se, muito provavelmente, de *out-putters*, ou seja, de trabalhadores a domicílio por conta de terceiros, de trabalhadores familiares ou por conta própria, em suma, de actividades que comportam, por definição, uma ampla margem de subterraneidade.

Ora, se a hipótese mínima deve ser considerada, a partir de agora, uma nova estimativa (corrigida) dos activos na indústria que se inscrevem na esfera não formal da economia, já a utilidade da hipótese máxima não pode ser avaliada da mesma forma. Com efeito, e uma vez que a maior parte dos pluriactivos tem a sua ocupação principal na indústria, e por isso mesmo figura noutras estatísticas oficiais enquanto tal — esfera formal —, este novo limiar deve antes ser visto como, por um lado, um indicador privilegiado na identificação das regiões onde o recrutamento do pessoal fabril é feito com mais intensidade em famílias de agricultores, logo, mais propensas à descentralização produtiva e ao desenvolvimento de estratégias económicas subterrâneas por parte dos agregados domésticos envolvidos em situações de pluriactividade e plurirrendimento. Por outro lado, e na medida da

⁴⁵ Neste distrito, 54% dos activos na indústria empregava-se, em 1981, no sector tradicional formal, enquanto os estabelecimentos (contabilizados) contando menos de 100 pessoas ao serviço ocupavam uma percentagem sensivelmente idêntica: 53%.

⁴⁶ Como o leitor teve certamente ocasião de reparar, estamos a trabalhar com dois anos distintos (1979 e 1981). A proximidade temporal permite-nos, no entanto, pensar que não houve alterações significativas na estrutura da população activa e que as novas estimativas são, por isso, perfeitamente válidas.

População activa na indústria transformadora marginal (valores corrigidos pelos níveis de pluriactividade agricultura-indústria)

(QUADRO N.º 5)

Distritos	Pluriactividade agrícola-industrial		Novo total da população activa industrial marginal		Novo total da população activa industrial		Nova percentagem da população activa industrial marginal	
	Total	+ 50 % do tempo na exploração	Hipótese máxima	Hipótese mínima	Hipótese máxima	Hipótese mínima	Hipótese máxima	Hipótese mínima
Aveiro	32 253	3 871	47 738	19 356	142 339	113 957	33.5	16.9
Beja	631	61	2 802	2 232	4 986	4 416	56.2	50.5
Braga	18 731	1 522	35 447	18 238	132 017	114 808	26.9	15.9
Bragança	1 061	134	3 189	2 262	4 164	3 237	76.6	69.9
Castelo Branco	5 069	737	7 336	3 004	23 362	19 030	31.4	15.8
Coimbra	11 380	968	16 554	6 142	43 178	32 766	38.3	18.7
Évora	1 361	160	3 986	2 785	11 089	9 888	35.9	28.2
Faro	1 874	118	8 532	6 776	15 024	13 268	56.8	51.1
Guarda	3 934	262	5 603	1 931	16 027	12 355	35.0	15.6
Leiria	16 797	1 038	26 186	10 427	64 739	48 980	40.4	21.3
Lisboa	6 552	685	41 403	35 536	216 631	210 764	19.1	16.9
Portalegre	1 106	197	2 813	1 904	7 610	6 701	37.0	28.4
Porto	24 032	1 686	63 277	40 931	271 696	249 350	23.3	16.4
Santarém	11 271	1 156	17 339	7 224	49 592	39 477	35.0	18.3
Setúbal	3 399	629	14 692	11 922	88 575	85 805	16.6	13.9
Viana do Castelo	3 754	206	6 027	2 479	15 555	12 007	38.7	20.6
Vila Real	1 936	57	3 660	1 781	7 353	5 474	49.8	32.5
Viseu	7 511	780	12 316	5 585	22 713	15 982	54.2	34.9
Continente	152 652	14 267	318 900	180 515	1 136 650	998 265	28.1	18.1

Fontes: *Recenseamento Agrícola*, INE, 1979. *Recenseamento Geral da População*, INE, 1981. *Quadros de Pessoal*, Ministério do Trabalho, 1981

distância entre a hipótese máxima e a hipótese mínima, e entre esta e a população activa marginal inicialmente estimada, podemos captar, respectivamente, o carácter complementar do trabalho agrícola (propensão à subterraneidade no sector agrícola: autoconsumo, produção não declarada) e a importância dos mecanismos de angariação de rendimentos exteriores à exploração agrícola (neste caso, na actividade industrial), o que pode significar tanto uma tentativa de viabilização dessas explorações, como constituir uma etapa numa estratégia de abandono do salariado⁴⁷.

Regionalmente, e de acordo com os indicadores acima mencionados, a população activa industrial marginal (PAIM) pode então ser caracterizada sucintamente da forma seguinte⁴⁸:

A) Litoral norte (exceptuando Viana do Castelo), litoral centro e Lisboa interior

Inicialmente estimada entre os 14% e os 20% dos activos na indústria, a PAIM atinge, de facto, valores muito superiores a partir do momento em que se incluem todos aqueles que exercem simultaneamente uma actividade agrícola e uma actividade industrial. Com efeito, trata-se das três sub-regiões onde os níveis de pluriactividade são os mais elevados do País, quer em valor absoluto (Aveiro, Porto e Braga ocupam, por ordem decrescente, os três primeiros lugares), quer em termos relativos. No interior da esfera não formal do mercado de trabalho, os trabalhadores por conta de outrem não declarados são dominantes, à excepção dos distritos de Santarém e Coimbra, onde o peso dos trabalhadores por conta própria e dos familiares não remunerados é significativo. No seu conjunto, a PAIM ultrapassa, nestas sub-regiões, os 100 000 indivíduos (78 500 nos três distritos mais a norte), ou seja, representa cerca de 57% do total deste subsector ao nível do continente. Dadas as características do tecido industrial (diversificado, com predomínio das indústrias tradicionais e, em alguns sectores, do capital familiar e da pequena empresa) e do mercado de trabalho (força de trabalho abundante, acarretando baixos custos de reprodução — pluriactividade —, o que se repercute no nível de salários⁴⁹ e na própria organização sindical)⁵⁰, associadas a uma estrutura familiar de tipo complexo a norte, é de crer estarmos perante regiões onde não só a propensão para a subterraneidade é já muito grande, como serem estas as áreas que apre-

⁴⁷ Cf., sobre esta questão, o artigo já referido de M. V. Cabral. «A economia subterrânea (...).», *op. cit.*, em particular pp. 215-224.

⁴⁸ Tanto quanto possível, a tipologia regional é feita de acordo com a subdivisão utilizada na orgânica de planeamento: litoral norte (distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto), interior norte (Vila Real e Bragança), litoral centro (Aveiro, Coimbra e Leiria), interior centro (Castelo Branco, Guarda e Viseu), Lisboa litoral (Lisboa e Setúbal), Lisboa interior (Santarém), Alentejo (Portalegre, Évora e Beja), Algarve (Faro).

⁴⁹ Para uma visão da repartição regional do nível de salários cf. M. Lúcia Leitão e Vera Freitas. *Análise das Disparidades Salariais no pós 25 de Abril*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1982.

⁵⁰ Na preparação deste estudo fizemos diligências junto das centrais sindicais no sentido de obter elementos sobre os níveis de sindicalização por regiões e sectores de actividade económica, mas, segundo nos informaram, a CGTP não divulga esse tipo de estatísticas, não tendo igualmente a UGT respondido a uma nossa solicitação escrita sobre o mesmo assunto. No entanto, a preocupação de alguns sindicatos em relação ao trabalho clandestino é já pública. Veja-se, por exemplo, a recente tomada de posição no IV Congresso dos Trabalhadores Têxteis, que decorreu no Porto nos dias 23 e 24 de Fevereiro, no sentido de que seja posto fim ao trabalho «negro» e não declarado.

sentam um conjunto de condições que favorecerão mais o seu desenvolvimento.

B) Lisboa litoral

Ao invés do que se passa nas sub-regiões anteriores, nos distritos de Lisboa e Setúbal, os níveis de pluriactividade agricultura-indústria são, em termos relativos, os mais baixos do País. Daí que a PAIM inicialmente calculada (14% a 16%) não se altere significativamente com a introdução dos activos em situação de pluriemprego (17% a 19%). A PAIM na sub-região Lisboa litoral é constituída maioritariamente por trabalhadores não declarados (cerca de 2/3 do subsector não formal, totalizando cerca de 36 000 indivíduos), o que, sendo explicado pelo grau de desenvolvimento industrial e urbano que destruiu já muitas das formas de produzir tradicionais, indicia também a importância de um mercado de trabalho que escapa totalmente ao controlo laboral e sindical, precisamente na sub-região onde os movimentos de organização e reivindicação dos trabalhadores assalariados se têm exprimido com mais intensidade.

C) Interior norte e centro e distrito de Viana do Castelo

Embora com níveis de desenvolvimento diversos, os distritos considerados têm em comum o facto de o trabalho por conta própria e familiar não remunerado assumir tendencialmente uma importância maior, ou, pelo menos, equivalente à do trabalho não declarado. A articulação com a agricultura é muito grande, mas o número daqueles que fazem da indústria uma actividade complementar é insignificante, o que se atribui sobretudo ao facto de se tratar de regiões onde as iniciativas empresariais são limitadas. Em consequência, e uma vez que a produção agrícola continua a escapar em grande parte à monetarização⁵¹ e as actividades mercantis de baixa intensidade capitalística (artesanais, comerciais ou de serviços) ou de muito pequena escala são dominantes, gerando um mercado de trabalho marginal não protegido que assume algumas das taxas mais elevadas do País, a economia subterrânea no interior não tem o mesmo significado que no litoral, aproximando-se bastante do papel que o sector informal desempenha nos países do Terceiro Mundo⁵².

D) Alentejo

O que se verificou para as sub-regiões referidas em C) é parcialmente válido para o Alentejo, na medida em que, não só no sector marginal do mercado de trabalho assume valores muito elevados⁵³, mas também, dentro deste, o trabalho por conta própria e familiar não remunerado representa

⁵¹ Cf., em particular, J. Pina Cabral, «A casa e a família no Alto Minho rural», in *Análise Social*, n.ºs 81-82, 1984, onde o autor caracteriza aquilo que designa por «protótipo de subsistência», elemento básico da visão camponesa do mundo.

⁵² O distrito de Viseu apresenta características que o situam num estágio intermédio entre o litoral e o interior, assim como a localização de sectores industriais modernos em algumas sedes de distrito gera necessariamente alterações no mercado de trabalho. Isto não invalida, no entanto, as nossas observações, que assumem aqui um carácter genérico e indicativo.

⁵³ Para E. Archambault e X. Greffe, nas regiões periféricas, o nível de desenvolvimento pode ser avaliado na razão inversa do peso do sector informal. Cf. «Les économies non-officielles», op. cit., p. 10.

ainda cerca de 50%. No entanto, e dadas as conhecidas diferenças entre o Norte e o Alentejo no que se refere à repartição da propriedade fundiária e à composição social da população agrícola, os níveis de pluriactividade têm um reduzidíssimo impacte sobre a PAIM, que, em termos nacionais, tem, aliás, um significado mínimo.

E) Algarve

O distrito de Faro apresenta características peculiares. Por um lado, a importância da PAIM é muito grande (50%), mas esta é constituída essencialmente por trabalhadores por conta de outrem não declarados. Por outro lado, os níveis de pluriactividade agricultura-indústria são reduzidos, não explicando também a eventual articulação entre as esferas formal e não formal do mercado de trabalho. Como já anteriormente referimos, esta deve ser antes atribuída à sazonalidade que caracteriza muitas das actividades industriais desta sub-região, especialmente do sector alimentar e outros articulados com a actividade turística.

No quadro n.º 6 é apresentada uma repartição dos trabalhadores não declarados na indústria transformadora em comparação com idêntica distri-

Trabalhadores não declarados em relação à estrutura global da população activa na indústria transformadora

(QUADRO N.º 6)

CAE	Activos na indústria transformadora	Porcentagem	Trabalhadores não declarados	Porcentagem
3.1 Alimentares	100 206	10.2	9 777	8.4
3.2 Têxtil, vestuário, curtumes e calçado	299 268	30.4	38 051	32.8
3.3 Madeiras e mobiliário	113 782	11.6	23 250	20.1
3.4 Papel e artes gráficas	48 898	5.0	3 863	3.3
3.5 Petróleo, borracha e plásticos	75 185	7.6	6 621	5.7
3.6 Porcelana, vidro e minerais não metálicos	65 003	6.6	-1 011	-0.9
3.7 Indústrias básicas de ferro e aço	30 388	3.1	6 475	5.6
3.8 Metalomecânica, transportes e instrumentação profissional	218 489	22.2	8 663	7.5
3.9 Outras indústrias transformadoras	32 779	3.3	20 238	17.5
Total	983 998	100	115 927	100

Nota — O valor negativo de 3.6 atribui-se quer a divergências de classificação entre as fontes estatísticas utilizadas, quer à sobreavaliação de 3.9 (declarações não especificadas).

Fontes: *Recenseamento Geral da População*, INE, 1981. *Quadros de Pessoal*, MT, 1981

buição relativa do total dos activos industriais. Como se pode verificar, os sectores tradicionais são os mais vulneráveis a processos de submersão pela via do trabalho não declarado, o que se explica simultaneamente por se tratar de indústrias de mão-de-obra intensiva, descentralizáveis e cujas bacias territoriais de emprego se localizam em áreas de mão-de-obra abundante e semiproletarizada.

3.3 A QUANTIFICAÇÃO SECTORIAL DA PRODUÇÃO NÃO FORMAL: O CASO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

A quantificação sectorial da produção não formal apresenta vantagens consideráveis sobre os métodos de quantificação global habitualmente utilizados, por três motivos principais. Em primeiro lugar, porque a margem de aleatoriedade é menor, na medida em que se entra em consideração com grandezas reais — como o consumo de matérias-primas, de energia ou de materiais específicos —, e não com grandezas monetárias, de mais difícil avaliação. Depois, porque nos permite um conhecimento muito mais preciso do funcionamento da nossa economia e da sua articulação com os mecanismos globais — sociais, institucionais ou políticos — que regem a nossa sociedade. Finalmente, porque nos permite também uma identificação espacial dos fenómenos que são objecto dessa quantificação.

No ponto anterior apresentámos já alguma informação quantitativa que nos permitiu dar uma ideia da dimensão regional do emprego marginal na indústria transformadora. Tentaremos agora quantificar a produção não oficial de um outro sector que, no conjunto das actividades industriais, parece vir a revelar, desde o início dos anos 70, uma maior propensão à subterraneidade: o sector da construção e, mais particularmente, a construção de alojamentos⁵⁴.

O método utilizado na avaliação da importância da construção não formal⁵⁵ consistiu na contabilização dos edifícios não licenciados no período de 1971-81, obtida por diferença entre o volume total da construção fornecido pelo *XII Recenseamento Geral da População* e o total da construção expresso nas *Estatísticas da Construção e da Habitação* do INE, que representam o sector formal⁵⁶. Assim, e de acordo com os valores apresentados no quadro n.º 7, o total de edifícios para habitação produzidos à margem das normas legais representa 39,6% do total da construção no continente, entre 1970 e 1981⁵⁷. De um ponto de vista regional, é no Sul que se concentra o maior volume de construção não licenciada, localizando-se só nos distritos de Lisboa e Setúbal aproximadamente um quarto do total deste tipo de alojamentos. Nestes dois distritos, e conjuntamente com os de Beja, Évora, Portalegre e Vila Real, a construção não formal chega mesmo a ultrapassar, em volume, o total da construção produzida na esfera formal, se bem que o peso daquele subsector no Alentejo seja, no conjunto da construção não licenciada, relativamente pequeno: cerca de 8%. Globalmente, as sub-regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve representam 40% da construção

⁵⁴ A síntese aqui apresentada faz parte de um estudo mais vasto, já concluído, a publicar brevemente sob o título *Construção não Formal: Contribuição para Uma Análise Quantitativa ao Nível Regional*, estudo este elaborado pela autora no âmbito de um projecto de investigação em curso no Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do IACEP (Secretaria de Estado do Planeamento).

⁵⁵ A construção não formal é designada correntemente por «clandestina». No entanto, quer por não haver qualquer preocupação de ocultação por parte dos agentes deste processo, quer pelo facto de certas construções rurais, desde que respeitadas os limites mínimos das unidades de cultura, não necessitem de autorização municipal para se efectuarem (cf. Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril, e Portaria n.º 202/70, do mesmo mês), a designação «não formal» é julgada a mais adequada.

⁵⁶ O ficheiro básico destas estatísticas é constituído pelas listas dos requerentes de licenças para obras concedidas e enviadas ao INE pelas Câmaras Municipais. Trata-se, portanto, da construção licenciada ou legal.

⁵⁷ Para o ano de 1981 só foi possível considerar dois meses, uma vez que o recenseamento se efectuou em Março.

não licenciada. As regiões do Norte e do Centro repartem entre si os 60% restantes em partes sensivelmente equivalentes: 31% e 29% respectivamente.

De um ponto de vista da evolução temporal, a fig. 2, dá-nos uma ideia bastante precisa do que foi o ritmo de construção não formal nos quinquénios de 1971-75 e 1976-80 e no período de 1971-81. Verifica-se assim que, globalmente, ao nível do continente, se verificou uma ligeira tendência para um decréscimo do número de construções não licenciadas na última década. No entanto, enquanto, no Norte e Centro, o subsector formal parece estar a conquistar terreno, e de forma acentuada em alguns distritos — na Guarda, o peso da construção não licenciada decresce 16%, em Bragança e Leiria 13%, em Aveiro 11%, em Coimbra 10% —, no Sul, pelo contrário, não só a importância dos «clandestinos» não diminui, como parece ter tendência a reforçar-se.

Edifícios construídos nos sectores formal e não formal, 1971 a 1981

(QUADRO N.º 7)

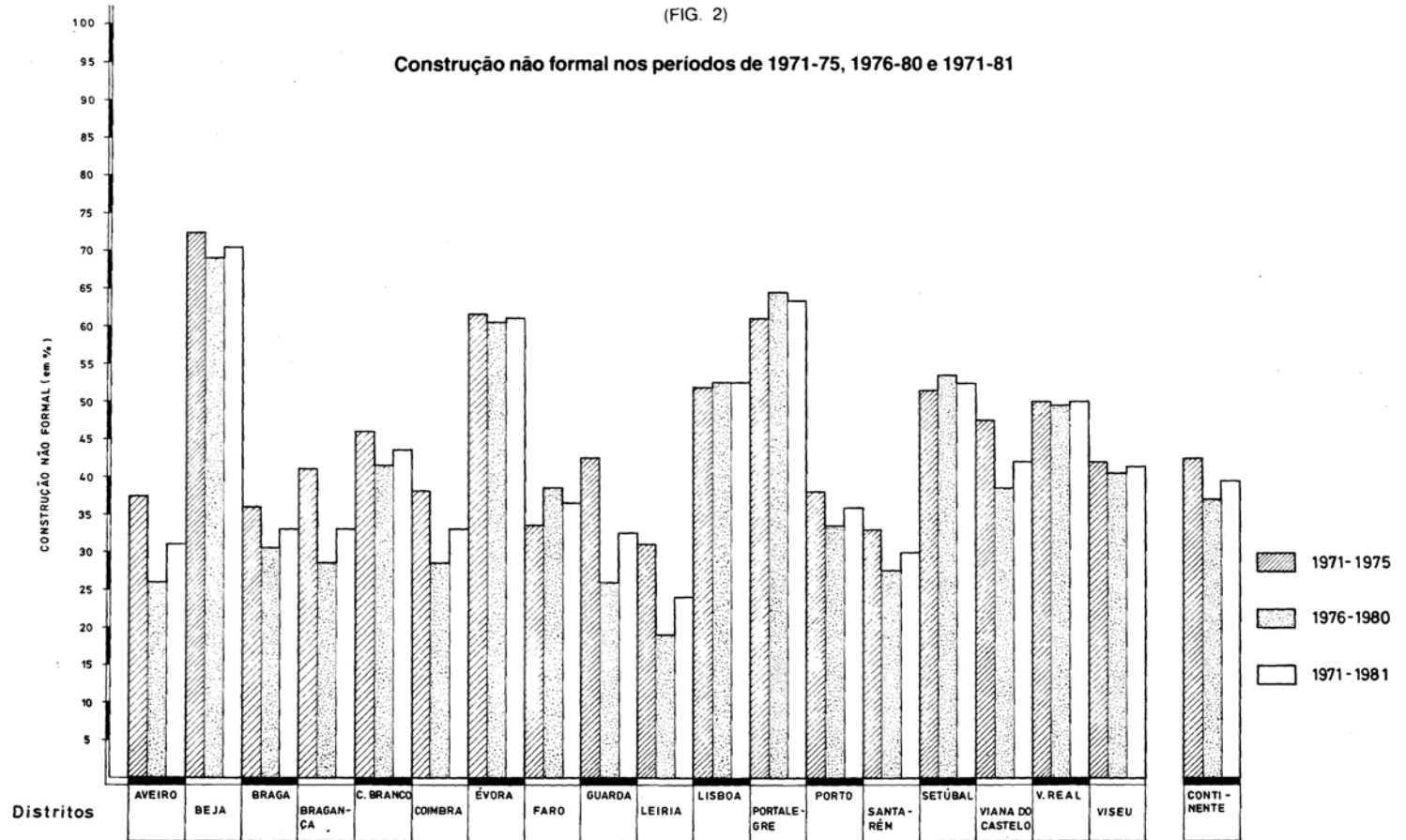
Distritos	Edifícios construídos	Edifícios licenciados (sector formal)	Edifícios não licenciados		
			Sector não formal	Em percenta- gem do total da construção	Em percenta- gem do sector não formal
Aveiro	46 299	32 028	14 271	30,8	6,0
Beja	10 328	3 059	7 269	70,4	3,1
Braga	50 425	33 937	16 488	32,7	6,9
Bragança	20 260	13 540	6 720	33,2	2,8
Castelo Branco	20 384	11 486	8 898	43,7	3,8
Coimbra	35 459	23 845	11 614	32,8	4,9
Évora	9 981	3 893	6 088	61,0	2,6
Faro	28 196	17 944	10 252	36,4	4,3
Guarda	24 341	16 465	7 876	32,4	3,3
Leiria	38 959	29 564	9 395	24,1	4,0
Lisboa	65 308	31 072	34 236	52,4	14,4
Portalegre	8 400	3 076	5 324	63,4	2,2
Porto	73 974	47 474	26 500	35,8	11,2
Santarém	34 113	23 785	10 328	30,3	4,4
Setúbal	40 715	19 356	21 359	52,5	9,0
Viana do Castelo	24 733	14 323	10 410	42,1	4,4
Vila Real	25 430	12 660	12 770	50,2	5,4
Viseu	41 434	24 191	17 243	41,6	7,3
Continente	598 739	361 698	237 041	39,6	10,0

Fontes: *Recenseamento Geral da População*, INE, 1981 *Estatísticas da Construção e da Habitação*, INE, 1971 a 1981.

De um modo geral, pode dizer-se que um dos factores explicativos desta situação tem a ver com a estrutura da propriedade fundiária, que, como se sabe, é muito mais concentrada no Sul do que a Norte. Nas áreas urbanas, ou periféricas aos centros urbanos da área metropolitana de Lisboa, o processo de alteração da estrutura fundiária realiza-se pela aquisição de grandes ou médias propriedades rústicas, que são transaccionadas posteriormente com a dimensão da área mínima de cultura, fazendo-se nesta base os respectivos contratos de promessa de venda e os registos em avos.

(FIG. 2)

Construção não formal nos períodos de 1971-75, 1976-80 e 1971-81



Estas parcelas menores, possuídas em regime de compropriedade, não são susceptíveis de legalização nem de registo individual dos lotes. O artificio deste processo consiste no facto de os vendedores transaccionarem terrenos rústicos que não podem, por inexistência de loteamento legal, ser destinados a construção e os compradores estarem de facto a comprar lotes na expectativa de construírem.

Nas áreas rurais, em particular no Alentejo, outros factores, como a esparsa rede viária, o tipo de povoamento que favorece a existência e expansão de pequenos aglomerados no interior das grandes explorações agrícolas e a existência de alguns núcleos de «clandestinos» urbanos (Evora) que pesam significativamente em distritos onde a dinâmica da construção é limitada, contribuem também para explicar o elevado peso do sector não formal e a sua persistência ao longo dos últimos anos.

No Norte, e em particular no Centro do País, pelo contrário, parece estar-se a assistir a um progressivo controlo do licenciamento das construções, quer porque provavelmente se tornaram mais permissivas as condições para a obtenção de licenças, quer porque se tornou extensiva a novas áreas a obrigatoriedade desse mesmo licenciamento. E neste novo contexto, e ao contrário do que correntemente se supõe, o grupo social dos emigrantes tenderá a assumir e respeitar as regras impostas com facilidade, até porque correspondem a comportamentos que eles próprios integraram e porqeceram como prática corrente nos países que os receberam.

Procurámos saber também quem procura a construção não licenciada e qual a repartição regional deste tipo de alojamentos segundo a tipologia proposta pelo Ministério da Habitação⁵⁸. Assim, e aproveitando simultaneamente os resultados de uma pesquisa realizada no Centro de Estudos Geográficos sobre a «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal»⁵⁹ e do nosso já citado projecto de investigação que inclui temática afim, ensaiámos uma distribuição provável dos estratos sociais mais representativos do perfil dos habitantes de alojamentos não formais em cada uma das sub-regiões⁶⁰. A situação de síntese, expressa no quadro n.º 8, mostra-nos que, enquanto, nas regiões mais desenvolvidas e industrializadas, a habitação não formal se está a tornar no modo de habitar de um relativamente amplo leque social (incluindo já vastos estratos das classes médias), nas áreas rurais, pelo contrário, a habitação não licenciada decorre em grande parte de práticas tradicionais das populações rurais ou de outras recentemente urbanizadas, mas cujos modelos de comportamento e referências se inscrevem na mesma matriz sociocultural (v. g., emigrantes). Assim, enquanto o primeiro modelo tenderá a expandir-se (correspondendo globalmente aos clandestinos na periferia dos centros urbanos, incluindo bairros-«dormitórios» e clandestinos de lazer), enquanto persistirem as carências habitacionais, a pressão da procura e a difusão de novas necessidades associadas a novos modos de vida e novos valores sem a correspondente oferta ao nível do mercado formal (moradias unifamiliares, por

⁵⁸ Cf. *O Sistema Informal de Construção de Habitações — Situação da Construção Clandestina*, Gabinete de Planeamento e Controlo do Ministério da Habitação e Obras Públicas, «Estudos Diversos», n.º 3, Setembro de 1978.

⁵⁹ João Ferrão, *Classes Sociais e Indústria em Portugal*, cit.

⁶⁰ Sobre tipologias e habitantes de alojamentos não formais cf. igualmente a revista *Sociedade e Território*, n.º 1, de Março de 1981, e a comunicação apresentada ao 2.º Congresso de Sociologia, em Santander, em Setembro de 1984, por L. B. Soares, A. F. Ferreira, I. Guerra e R. Stussi, «Urbanização e construção clandestina em Portugal».

**Crescimento da população e importância da construção não formal segundo a tipologia
e grupos sociais provavelmente dominantes**

(QUADRO N.º 8)

		Regiões							
		Litoral norte	Interior norte	Litoral centro	Interior centro	Lisboa litoral	Lisboa interior	Alentejo	Algarve
População residente em percentagem, 1970-81		16.2	0.4	11.4	- 2.1	33.4	5.4	- 3.3	20.5
Importância da construção não formal	Em volume	53 398	19 490	35 280	34 017	55 595	10 328	18 681	10 252
	Em percen- tagem	22.5	8.2	14.9	14.3	23.5	4.4	7.9	4.3
Tipologias dominantes de clandestinos		I II III	I II	I III IV	I III	Todos os tipos	I II	I III	I IV
Estratos sociais prováveis		Pequena burguesia urbana, camponeses, semiproletários, emigrantes e operários qualificados	Emigrantes	Pequena burguesia urbana, camponeses, semiproletários, emigrantes e operários qualificados	Emigrantes	Todos, excepto alta burguesia	Pequena burguesia, proletariado industrial, camponeses e semiproletários	Pequena burguesia rural ou urbana, proletários rurais	Pequena e média burguesia

Tipo I — Clandestinos individuais das áreas rurais.

Tipo II — Clandestinos dispersos nos centros urbanos.

Tipo III — Clandestinos na periferia dos centros urbanos, incluindo bairros-«dormitórios».

Tipo IV — Clandestinos de lazer.

Fontes: *Recenseamentos Gerais da População. O Sistema Informal de Construção de Habitações — Situação da Construção Clandestina*, Gabinete de Planeamento e Controlo do Ministério da Habitação e Obras Públicas. Estudo n.º 3. Setembro de 1978. João Ferrão. *Classes Sociais e Indústria em Portugal*, Centro de Estudos Geográficos, 1982. Elaboração própria.

exemplo), o segundo, pelo contrário, tenderá a regredir (clandestinos dispersos nas áreas rurais). É, aliás, o que está já a verificar-se em todo o interior norte e centro, onde, como vimos, a construção não licenciada está a diminuir.

No que se refere ao mercado de trabalho da indústria da construção, procedeu-se a uma avaliação das diferentes componentes deste mercado, tendo-se estimado em cerca de 200 000 (aproximadamente 48% do total do sector) o número de trabalhadores não declarados, ou seja, que se considera pertencerem à esfera não formal da economia. Os trabalhadores por conta própria e os familiares não remunerados representam cerca de 10% deste mesmo mercado. É de assinalar, no entanto, que, enquanto os cálculos relativos à construção se referem apenas aos edifícios novos, as estimativas respeitantes ao mercado de trabalho incluem todos os trabalhadores do sector. O maior peso relativo da «informalidade» do emprego relativamente ao da construção é pois explicável por este facto, uma vez que certas actividades, como a reparação ou renovação de edifícios, são provavelmente mais propensas à subterraneidade que a construção propriamente dita (quadro n.º 9).

Enquanto actividade complementar dos agricultores portugueses, a construção ocupa um lugar de relevo: mais de 53 000 chefes de explorações agrícolas (ou mais de 100 000 indivíduos com ligações à agricultura, se considerarmos os agregados familiares) trabalham na indústria da construção. A agricultura é, porém, exercida enquanto actividade secundária, ocupando por regra menos de 50% do tempo de trabalho dos agricultores e suas famílias. Apenas 14% e 2% respectivamente dos primeiros e dos segundos fazem da construção a sua actividade secundária, ou seja, o equivalente a cerca de 10 000 indivíduos, que vêm, eles também, juntar-se ao já considerável contingente de trabalhadores constituindo o mercado de trabalho atípico da construção, afinal bem «típico», pois que largamente maioritário e dominante. E, dada a situação de crise, a instabilidade do emprego associada às dificuldades das empresas do sector e a necessidade de um considerável número de trabalhadores que vêm na construção e actividades conexas a oportunidade única de angariação de rendimentos (uma vez que as próprias características da actividade, como a intermitência, facilitam a emergência e a manutenção de um mercado marginal de trabalho), é bem provável que, ao contrário da indústria da construção, que tenderá lenta, mas progressivamente, a integrar-se no sector formal, o estatuto do trabalho neste sector se «informalize» ainda mais, pelo menos nos anos mais próximos.

3.4 O MERCADO DE TRABALHO NÃO OFICIAL

Esta tendência à «informalização» não é, porém, um exclusivo do sector da construção, nem necessariamente uma consequência imediata e directa da crise actual. Por um lado, certas actividades económicas subterrâneas correspondem a estratégias de angariação de rendimentos muito antigas (como o trabalho ao domicílio ou o auto-abastecimento agrícola), mas que actualmente se encontrarão ampliadas por novos factores, como, por exemplo, a diversificação das fontes de rendimento dos agregados domésticos induzidas pelo *welfare state* ou pela emigração. Por outro lado, se a estratégia de redução de custos por parte da classe empresarial obedece a motivações de ordem económica (fuga à imposição fiscal ou aos encargos

População activa na indústria da construção: trabalhadores legais e não declarados (1981)

(QUADRO N.º 9)

Distritos	Trabalhadores por conta de outrem		Trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados	Trabalhadores por conta de outrem não declarados	Porcentagem	Total de activos na construção
	Censo	Ministério do Trabalho				
Aveiro	23 326	10 416	4 576	12 910	46.3	27 902
Beja	7 922	1 185	662	6 737	78.5	8 584
Braga	36 380	14 835	4 039	21 545	53.3	40 419
Bragança	6 891	1 264	93	5 627	80.6	6 984
Castelo Branco	9 193	2 101	1 036	7 092	69.3	10 229
Coimbra	19 308	9 934	2 328	9 374	43.3	21 636
Évora	6 116	2 106	565	4 010	60.0	6 681
Faro	16 582	3 699	2 864	12 883	66.3	19 446
Guarda	7 664	2 636	1 100	5 028	57.3	8 764
Leiria	16 522	4 790	2 978	11 732	60.1	19 500
Lisboa	65 104	48 711	7 292	16 393	22.6	72 396
Portalegre	4 929	1 395	411	3 534	66.2	5 340
Porto	66 757	38 079	6 172	28 678	39.3	72 929
Santarém	19 916	5 185	2 027	14 731	67.1	21 943
Setúbal	25 534	13 732	2 703	11 802	41.8	28 237
Viana do Castelo	13 687	4 215	2 277	9 472	59.3	15 964
Vila Real	8 825	2 896	1 053	5 929	60.0	9 878
Viseu	18 355	5 045	2 323	13 310	64.4	20 678
Total	373 011	172 224	44 499	200 787	48.0	417 510

Fontes: *Quadros de Pessoal*, Ministério do Trabalho, 1981. *Recenseamento Geral da População*, INE, 1981.

sociais), a propensão à subterraneidade ao nível da produção corresponde também a uma reacção, que se observa internacionalmente, contra os movimentos de organização e reivindicação dos trabalhadores, de forma a tornear os mecanismos de regulação e mediação institucional entre o capital e o trabalho, designadamente a contratação colectiva⁶¹.

O estudo do mercado de trabalho, nas suas variadas expressões e componentes, é talvez a melhor forma de apreender as tendências à liberalização das relações económicas que aludimos e revela-se um bom indicador que nos permite entrever o modo como as microestratégias individuais e familiares se combinam de modo a afectar o sistema macroeconómico no seu conjunto.

Já anteriormente tivemos ocasião de referir a importância do emprego industrial marginal, que, segundo estimámos, ocupará cerca de 180 000 indivíduos, representando aproximadamente 18% do total do emprego na indústria transformadora. Sectorialmente, o têxtil (Porto), vestuário (Braga) e calçado (Porto) são responsáveis por cerca de um terço do emprego marginal; a indústria da madeira (Porto, Braga) e mobiliário (Porto) por cerca de um quarto, ocupando a metalomecânica aproximadamente 15 000 trabalhadores não declarados (Aveiro, Lisboa)⁶². Se adicionarmos o número de trabalhadores representando o mercado de trabalho não formal da indústria da construção igualmente estimado (250 000 indivíduos), obteremos assim, só para o conjunto das actividades industriais, um volume total de cerca de 430 000 pessoas envolvidas, em maior ou menor escala, em mecanismos subterrâneos de angariação de rendimentos.

No sector agrícola, a propensão à subterraneidade, ou seja, a tendência que se verifica para o desenvolvimento de estratégias não observadas ou não contabilizadas, pode ser avaliada tendo em conta o nível de pluriactividade, que, diga-se desde já, é mais elevado em Portugal do que em qualquer outro país europeu⁶³. Com efeito, e segundo os números fornecidos pelo *Recenseamento Agrícola de 1979*, que pela primeira vez inclui informação sobre este assunto, de um total de 778 784 produtores individuais, 375 304, ou seja, 48,2%, exerciam uma actividade remunerada fora da exploração, ocupando-se respectivamente 11,7% na agricultura, 8,5% na indústria, 6,8% na construção e 21,2% nos serviços e outras actividades. Se, em vez dos produtores individuais, tomarmos em consideração o conjunto dos agregados domésticos, o total de indivíduos com ligações à agricultura afectados pelo chamado duplo emprego eleva-se a 764 686. Destes, 18,5% ocupam-se principalmente na sua própria exploração agrícola; 81,5% laboravam mais de metade do seu tempo de trabalho fora dela (68 170 noutra actividade agrícola, 73 001 em actividades não agrícolas). É evidente que uma tal complementaridade e interdependência entre o sector agrícola e as restantes actividades económicas não podem deixar de

⁶¹ Para um aprofundamento dos aspectos da crise do modelo de regulação económica e social adoptado no pós-guerra na maior parte dos países ocidentais cf. Pierre Rosanvallon. *La crise de l'État — Providence*, Paris. Seuil, 1981.

⁶² Os distritos assinalados entre parênteses referem-se àqueles onde o número de trabalhadores marginais no ramo de actividade considerado é mais elevado.

⁶³ Segundo a OCDE, a percentagem de agricultores a tempo parcial ocupando-se simultaneamente noutra actividade era respectivamente de 43,3% na Bélgica (1970), 37,6% em Itália (1970), 36,9% na Finlândia (1969), 24,7% na Holanda (1975), 22,6% em França (1970) e 22,2% na Irlanda (1972). Cf. *L'Agriculture à temps partiel dans les pays membres de l'OCDE*, notas por país, 1977.

ter profundas implicações e consequências em termos do conjunto da economia, nomeadamente ao nível da articulação entre as esferas formal e não formal. Em primeiro lugar, do ponto de vista do mercado de trabalho, e sobretudo do lado daqueles que exercem a actividade agrícola a título principal, a sua mobilidade é enorme, sendo condicionada tanto pelo nível das remunerações e rendimentos não agrícolas, como pelas flutuações da oferta e da procura de emprego. Em segundo lugar, e uma vez que apenas 18% dos agregados domésticos (correspondendo a 44% da área agrícola) vivem exclusivamente do rendimento angariado no âmbito da própria exploração, isso significa que a complementaridade entre as várias fontes de rendimento é tal que, não só, como observa M. Villaverde Cabral, o rendimento agrícola contabilizado constitui uma «mera ficção estatística», como o produto agrícola captado pelas estatísticas oficiais, em vez de acompanhar a evolução do produto não agrícola, parece evoluir precisamente em sentido contrário, ou seja, quando um sobe, e outro estagna e vice-versa⁶⁴.

Regionalmente, e segundo cálculos que efectuámos a partir do *Recenseamento Agrícola*, pode-se assim verificar que as actividades complementares não agrícolas (exercidas a título secundário) têm importância sobretudo nos distritos de Aveiro (9472 indivíduos), Braga (7518), Santarém (6691), Coimbra (6137), Leiria (5973), Viseu (5852) e Porto (4823). O número de explorações cujo rendimento representa menos de 50% do rendimento total do agregado doméstico do produtor é especialmente significativo, quer nos distritos onde o proletariado ou semiproletariado agrícola é dominante (Castelo Branco, 74,7%; Évora, 68,2%; Portalegre, 67%; e Setúbal, 63,8%), o que pode indiciar a existência de trabalho clandestino no sector agrícola⁶⁵, quer nos distritos onde a complementaridade com actividades não agrícolas é mais significativa (Santarém, 76%; Coimbra, 68,3%; Leiria, 64,9%; Porto, 64,7%; e Aveiro, 62,7%). Duas outras fontes de rendimento susceptíveis de contribuir para a subterraneidade económica no sector agrícola (e não só), mas cujo impacte é difícil avaliar, foram já referidas: remessas dos emigrantes e generalização das pensões sociais. A primeira encoraja o auto-abastecimento, permitindo ao agricultor retirar-se eventualmente do mercado⁶⁶. A segunda, dada a insuficiência dos seus montantes, provoca a submersão de outras fontes de rendimento, como aliás foi confirmado pela recente operação de fiscalização a que aludimos no início deste trabalho.

Finalmente, não podemos deixar aqui de fazer menção à enorme expressão que o trabalho infantil continua a ter nos campos portugueses. Com efeito, e ainda segundo as informações que nos fornece o último *Recenseamento Agrícola*, a população agrícola familiar com idade inferior a

⁶⁴ A *Economia Subterrânea* (...), cit., pp. 231-232. baseando-se o autor para o efeito num estudo consagrado à evolução recente do sector agrícola da autoria de A. Sevinato Pinto, F. Avillez, L. Albuquerque e L. Frazão Gomes. *A Economia do Sector Agrícola: Análise da Evolução 76-80*. Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis, 1982.

⁶⁵ Maurice Ragot, responsável francês por um relatório sobre «Trabalho clandestino», elaborado no âmbito do Conselho Económico e Social daquele país, tipifica três situações possíveis no que respeita ao emprego não declarado na agricultura: a) trabalhadores permanentes não declarados. b) trabalhadores permanentes declarados, mas cujas obrigações fiscais ou sociais são voluntariamente minoradas. c) trabalhadores sazonais não declarados. Cf. «Le travail clandestin en France», in *Problèmes Économiques*, n.º 1810, de 9 de Fevereiro de 1983, pp. 21-28.

⁶⁶ Cf. M. V. Cabral. *A Economia Subterrânea* (...), cit., p. 223.

14 anos que trabalha na agricultura cifra-se em 136 702 crianças, representando cerca de 23% do total da população camponesa daquele grupo etário. Significativamente, os distritos onde a mão-de-obra infantil é proporcionalmente mais abundante — Braga (25 467), Porto (16 739), Aveiro (14 438), Viana do Castelo (13 898) e Vila Real (10 419) — são também aqueles onde a fuga à matrícula no ensino preparatório é maior⁶⁷. Por outras palavras, o trabalho constitui ainda para muitas crianças um obstáculo ao cumprimento da escolaridade obrigatória. Mas esta força de trabalho, invendável fora do lar, só tem sentido no contexto da empresa familiar, ou, melhor,

**Trabalhadores não declarados nos subsectores seguintes:
comércio, hotéis e restaurantes, transportes e reparações diversas**

(QUADRO N.º 10)

Sector de actividade	Número de trabalhadores não declarados	Região	Número de trabalhadores não declarados
6.1.0	— 45 946	Litoral norte	28 284
6.2.0	64 682	Interior norte	3 827
Total do comércio	18 736	Litoral centro	16 264
6.3.1	12 311	Interior centro	7 819
6.3.2	9 828	Litoral Lisboa	25 497
Total dos restaurantes e hotéis	22 139	Interior Lisboa	6 143
7.1.1	15 698	Alentejo	4 658
7.1.2	15 047	Algarve	11 721
7.1.3	— 335		
Total dos transportes	30 410		
9.5.1	32 928		
Total dos serviços de reparações diversas	32 928	Total do continente	104 213

Nota — Os valores negativos resultam de divergências nos critérios de classificação entre as duas fontes estatísticas utilizadas. Os valores totais corrigem essa distorção.

Fonte: elaboração própria com base nos *Quadros de Pessoal*, MT, 1981, e no *Recenseamento Geral da População*, INE, 1981.

só é mobilizada a partir do momento em que existe uma estratégia colectiva do grupo doméstico ao nível da produção⁶⁸. Daí que as áreas onde o trabalho infantil é mais significativo sejam também aquelas onde as famílias de tipo complexo são mais numerosas e a propensão à subterraneidade assume, tudo o indica, a sua maior expressão.

Resta-nos agora saber o que se passa relativamente a um conjunto de actividades que costumam ser englobadas no chamado sector terciário, a saber: o comércio, a hotelaria e restaurantes, os transportes e as reparações diversas.

⁶⁷ Informação que nos foi amavelmente cedida pela Dr.ª Rosa Alice Delgado Rodrigues, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, com base em estatísticas da Direcção-Geral do Ensino Básico.

⁶⁸ Ainda segundo as estatísticas da DGEB, Setúbal é o distrito onde o cumprimento da escolaridade obrigatória é mais elevado, situação que se mantinha em 1983-84, apesar dos efeitos da crise e da recessão económica na margem sul, o que só confirma o que acima se disse. Como se sabe, o nível de proletarianização (industrial e agrícola) é nesta região muito elevado, não fazendo sentido falar-se aqui na família enquanto unidade produtiva.

**Trabalhadores não declarados nos subsectores seguintes:
comércio, hotéis e restaurantes, transportes e reparações diversas**

(QUADRO N.º 11)

Distritos		Número	Distritos		Número
Aveiro	C	1 449	Lisboa	C	- 5 347
	H	1 071		H	4 888
	T	1 405		T	- 2 365
	R	2 047		R	5 575
Beja	C	363	Portalegre	C	89
	H	423		H	262
	T	589		T	836
	R	372		R	307
Bragaa	C	1 908	Porto	C	2 076
	H	1 713		H	2 924
	T	1 186		T	5 161
	R	2 491		R	8 236
Bragança	C	357	Santarém	C	817
	H	224		H	469
	T	523		T	2 606
	R	503		R	2 251
Castelo Branco	C	596	Setúbal	C	7 917
	H	263		H	2 223
	T	548		T	9 349
	R	405		R	3 257
Coimbra	C	257	Viana do Castelo	C	715
	H	321		H	548
	T	2 332		T	761
	R	1 585		R	565
Évora	C	373	Vila Real	C	721
	H	221		H	344
	T	489		T	604
	R	334		R	551
Faro	C	4 180	Viseu	C	1 234
	H	4 238		H	920
	T	1 565		T	1 596
	R	1 738		R	913
Guarda	C	263	Saldo Lisboa-Setúbal	C	2 570
	H	246		H	7 111
	T	336		T	6 984
	R	499		R	8 832
Leiria	C	768	Total do continente	C	18 736
	H	841		H	22 139
	T	2 889		T	30 410
	R	1 299		R	32 928
					104 213

Nota — Os valores negativos de Lisboa traduzem a importância das migrações pendulares entre Setúbal e Lisboa. O saldo entre dois distritos corrige esta distorção.

Fonte: elaboração própria com base nos *Quadros de Pessoal*, MT, 1981, e no *Recenseamento Geral da População*, INE, 1981.

Segundo o método adoptado anteriormente para a indústria, o número total de trabalhadores não declarados no conjunto destas actividades ultrapassa os 100 000 indivíduos, repartidos da forma seguinte: comércio, 18 700 (em especial, e por ordem decrescente, nos distritos de Faro, Lisboa-Setúbal⁶⁹, Porto e Braga); hotelaria e restaurantes, 22 100 (Lisboa-Setúbal, Faro, Porto, Braga e Aveiro); transportes, 30 400 (Lisboa-Setúbal, Porto, Leiria e Coimbra); e reparações diversas, 32 900 (Lisboa-Setúbal, Porto, Braga e Aveiro). Regionalmente, o litoral norte figura na primeira posição, com 28 200 trabalhadores não declarados, seguindo-se os distritos de Lisboa-Setúbal, com 25 500, o litoral centro, com 16 200, e o Algarve, com 11 700. As sub-regiões do interior (norte e centro) e de Lisboa interior e Alentejo repartem entre si os trabalhadores restantes em partes sensivelmente equivalentes: 11% e 10% respectivamente (quadros n.ºs 9 e 10).

Como se imagina, os números aqui representados, ainda que significativos no conjunto das actividades mencionadas, e para o segmento do mercado de trabalho considerado, estão muito aquém daquilo que será a importância da esfera não oficial do sector terciário, não tanto em termos do mercado de trabalho (a maior parte dos trabalhadores não declarados que exercem a profissão a título principal foram quantificados), mas, sobretudo, no que diz respeito aos rendimentos não declarados auferidos a título secundário: profissões liberais, serviços fornecidos às empresas, serviços pessoais prestados por pensionistas e reformados, etc.

Apesar disso, e aceitando a margem de erro que cálculos deste tipo necessariamente comportam (sobreavaliação, por exemplo, dos pluriactivos ou dos trabalhadores por conta própria por não articulação com processos de submersão, ou subavaliação por não consideração de certas categorias de inactivos que trabalham — reformados, pensionistas, donas de casa, etc.), apresentamos em seguida uma estimativa da população que participa, ainda que com incidências diversas, na esfera não oficial da economia:

Trabalhadores por conta de outrem não declarados

Na indústria transformadora	115 927
Na construção	200 787
No comércio, hotelaria, transportes e reparações	104 213
Total	420 927

Trabalhadores com dupla actividade

Dominante agrícola (+ 50% tempo na exploração)	95 368
Dominante não agrícola (– 50% tempo na exploração)	246 787
Não agrícola(a)	87 700
Total	429 855

Trabalho infantil

Na agricultura	136 702
Não agrícola(b)	46 782
Total	183 484

⁶⁹ Dado o método a que recorremos, utilizando simultaneamente informações obtidas no domicílio (Censo) e no local de trabalho (*Quadros de Pessoal*), não é possível obter resultados em separado para os distritos de Lisboa e Setúbal devido às distorções provocadas pela grande incidência que têm, nesta sub-região, as migrações pendulares

Trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados

Na indústria transformadora	50 321
Na construção	44 499
Total	94 820
Desempregados que trabalham(b)	15 043
Total geral	1 144 129

(a) Valor obtido a partir do *Inquérito Permanente ao Emprego* (2.º e 3.º trimestres). 1983.

(b) *Recenseamento Geral da População*, 1981.

4. ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Neste trabalho procurámos apresentar alguns aspectos da estrutura económica e social portuguesa que nos permitissem compreender o significado e detectar tendências do desenvolvimento da economia subterrânea no nosso país. A informação foi apresentada tanto quanto possível desagregada regionalmente, uma vez que, e partindo do conhecimento de experiências semelhantes, se verifica que o tipo, formas e nível da economia subterrânea estão associados tanto ao grau de desenvolvimento e modos de produzir dominantes como ao ambiente social e cultural próprios de cada região. Assim se caracterizaram algumas regiões-tipo:

A) O interior, onde as actividades marginais assumem maior importância relativa, o que se atribui à maior resistência à dissolução de formas pré-capitalistas de produção, à persistência de pequenas empresas tradicionais baseadas frequentemente em métodos artesanais e capital familiar, à importância do trabalho por conta própria e familiar em paralelo com o auto-abastecimento agrícola e ao subemprego que alimenta um vasto mercado de trabalho precário que é o suporte, por exemplo, da mais dinâmica actividade industrial da região: a construção. As remessas dos emigrantes e a generalização das pensões sociais terão aqui um papel decisivo na submersão de outras actividades e rendimentos.

B) O litoral norte e centro e o distrito de Santarém, com níveis de subterraneidade ainda superiores à média nacional (medido em termos da população activa marginal), mas cujo significado é diverso do da região anterior. Em primeiro lugar, pela importância da actividade industrial, constituída em torno de vários pólos de especialização internacional — têxtil, calçado, electrónica, madeiras — e de alguns núcleos de bens de equipamento ligeiro. Na sequência da crise económica, que provocou um encarecimento dos custos de produção e mutações na divisão internacional do trabalho e no contexto da legislação social e laboral posterior ao 25 de Abril, muitas empresas optaram, como forma de resistência, pela via da imersão total ou parcial das suas actividades. Em segundo lugar, o tecido social onde se desenvolve esta economia subterrânea é caracterizado pela forte presença de um sistema familiar, que, sendo parcialmente desligado da terra, se mantém enquanto unidade económica de produção e distribuição, auferindo rendimentos vários e conservando uma estratégia familiar comum.

Frequentemente, as mulheres e crianças entram no mercado de trabalho para obter um salário de apoio em actividades sazonais ou ao domicílio. Objectivamente, uma convergência de interesses parece existir. Do lado do patronato, na medida em que dispõe com enorme facilidade de uma mão-de-obra barata, abundante e flexível. Do lado dos agregados domésticos, que assim mantêm e perpetuam um sistema de relações sociais articulado em torno de práticas tradicionais, mas que se vai adaptando e tirando partido das oportunidades que se lhes oferecem, nomeadamente em termos de mobilidade social.

C) Lisboa e Setúbal. — No Sul, a norma salarial, ou seja, o processo de formação dos rendimentos familiares, nos casos em que a relação envolve todos ou alguns membros da família, é diversa da do Norte. Os trabalhadores possuem, em geral, apenas uma fonte de rendimento familiar — o salário de um ou mais membros da família —, sendo o pessoal fabril em grande parte oriundo de regiões de grande propriedade, não mantendo por isso ligações à terra. A extensão do trabalho clandestino é aqui frequentemente um emprego de sobrevivência e o seu alargamento traduz-se numa estratégia essencialmente defensiva que significa simultaneamente uma incapacidade de reconversão industrial e uma forma de pressionar os trabalhadores da zona oficial. Estes, perante a erosão do poder de compra, são tentados, a título de segunda actividade, a introduzir-se na esfera não oficial (o biscate), ampliando ainda mais aquele mercado.

D) O Algarve constitui um caso singular. Com uma presença notável da economia subterrânea, esta está associada e condicionada sobretudo pela actividade turística, sendo por isso particularmente importante no sector terciário ou em actividades industriais dela dependentes: construção, indústria alimentar, etc.

As particularidades sociespaciais aqui descritas configuram um amplo leque de possibilidades de evolução para a organização descentralizada da produção e de atitudes em relação às tendências de liberalização do mercado de trabalho. Estas possibilidades, cujas raízes se materializam no relativo esgotamento dos modelos de industrialização e nas concepções de Estado centralizadoras e proteccionistas que, ainda que com motivações diversas, tiveram curso em Portugal nas últimas décadas, podem significar afectação e mobilização de recursos cujas consequências não são indiferentes.

Assim, se o recurso à economia subterrânea por parte das pequenas ou médias empresas significa de alguma forma o mesmo que para uma parte do sector nacionalizado as subvenções estatais, ou seja, uma forma de alijar sobre o corpo social os custos da ineficácia empresarial, então, neste sentido, trata-se de uma solução sem futuro. Se, pelo contrário, os canais de ligação que se estabelecem entre os sectores formal e não formal — como a subcontratação e a descentralização produtiva, tornadas possíveis pela inovação tecnológica — dão lugar a estruturas difusas que aumentam a eficácia e a flexibilidade do aparelho produtivo com vista à sua reestruturação e em moldes que permitam responder à relativa rigidez do mercado de trabalho sem o recurso à marginalização social de vastos grupos sociais, então os processos de imersão que descrevemos, são susceptíveis de uma leitura diferente.